

**CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O trabalho profissional do assistente social na área da assistência social
no município de Santo Antônio de Jesus: Reflexões sobre os limites e
possibilidades**

EDINA MARIA DE SOUZA SANTOS

CACHOEIRA-BA
2012

EDINA MARIA DE SOUZA SANTOS

O trabalho profissional do assistente social na área da assistência social no município de Santo Antônio de Jesus: Reflexões sobre os limites e possibilidades

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a Marina Cruz.

CACHOEIRA-BA

2012

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

S237t Santos, Edina Maria de Souza

O trabalho profissional do assistente social na área da assistência social no município de Santo Antônio de Jesus: reflexões sobre os limites e possibilidades / Edina Maria de Souza Santos. – Cachoeira, 2012.

93 f. ; 22 cm.

Orientadora: Prof^a. Ms. Marina da Cruz Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012.

1. Assistentes sociais - Santo Antônio de Jesus (BA).
2. Serviço social - Brasil. 3. Assistência social - Brasil.
- I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II. Título.

CDD: 361.981

O trabalho profissional do assistente social na área da assistência social no município de Santo Antônio de Jesus: Reflexões sobre os limites e possibilidades

EDINA MARIA DE SOUZA SANTOS

Monografia apresentada ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Ms. Marina da Cruz Silva
Orientadora

Prof^ª. Ms. Albany Mendonça
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Ms. Fabrício Fontes de Andrade
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Aprovado em: _____/_____/_____

CACHOEIRA-BAHIA
2012
DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todo o conjunto da classe trabalhadora, oprimido, explorado e sufocado, que nos sustenta e que infelizmente não tem seus direitos respeitados na íntegra, pois o acesso aos mesmos ainda é bastante restrito nessa sociedade.

Nada é impossível

*Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:*

*não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.*

(Bertold Brecht)

Eu Apenas Queria Que Você Soubesse

*Eu apenas queria que você soubesse
Que aquela alegria ainda está comigo
E que a minha ternura não ficou na estrada
Não ficou no tempo presa na poeira*

*Eu apenas queria que você soubesse
Que esta menina hoje é uma mulher
E que esta mulher é uma menina
Que colheu seu fruto flor do seu carinho*

*Eu apenas queria dizer a todo mundo que me gosta
Que hoje eu me gosto muito mais
Porque me entendo muito mais também*

*E que a atitude de recomeçar é todo dia toda hora
É se respeitar na sua força e fé
E se olhar bem fundo até o dedão do pé*

*Eu apenas queria que você soubesse
Que essa criança brinca nesta roda
E não teme o corte de novas feridas
Pois tem a saúde que aprendeu com a vida*

*Eu apenas queria que você soubesse
Que aquela alegria ainda está comigo
E que a minha ternura não ficou na estrada
Não ficou no tempo presa na poeira*

*Eu apenas queria que você soubesse
Que esta menina hoje é uma mulher
E que esta mulher é uma menina
Que colheu seu fruto flor do seu carinho*

*Eu apenas queria dizer a todo mundo que me gosta
Que hoje eu me gosto muito mais
Porque me entendo muito mais também*

(Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a “DEUS”, pois se tinha alguma dúvida de sua existência, esses dias, “e que dias”, pude comprovar, que este estava e está a cada milésimo de segundo ao meu lado.

A *mainha*, não tenho palavras para agradecer, não sei o que falar, então, resumo tudo em “EU TE AMO MUITO”. Meu amor por ti é como a “fórmula” de elevar a galáxia universal². Aliás, acho que é bem maior rrsrs!

Aos meus amores incondicionais e mais sinceros do mundo, às minhas irmãs. Digo isso, porque sou a filha caçula e como toda filha caçula que se “preza” é muito amada, e por isso que as amo também. Dé, essa tenho quase certeza que daria tudo pra ter uma filhinha como eu. Se eu também pudesse, te escolheria como mãe. Milena, o que seria de mim se não a tivesse para levar-me para fazer meus concursos? Te adoro viu chata. A tua hora estar chegando viu, e eu vou estar do teu lado. Vera te adoro muito, agora somos duas na família, formadas em universidade pública.

Céu te amo muito, muito mesmo, ainda mais por ser mãe de duas pessoas que tanto amo. Carla, tua dinda sempre te amo e continua a te amar sempre. Nino, esse posso dizer que é o causador das lágrimas que me rolam nesse momento no rosto, tu sabes que estou saindo da universidade nesse momento por causa da tua coragem, de irmos pro cursinho “TG” e voltar as 23:30. Não era fácil né, eu você e Dé. Minha irmãzinha mais velha, que sempre me pegou desde pequena para colocar para estudar. Te amo e valeu pelo incentivo desde sempre. Muito obrigada mesmo!!!

Tica, amor de minha vida, “me respeite”, ajudei a te educar. Luan, muito obrigada por tudo, pelas horas na internet da tua casa. Tai, tenho certeza que dentre em breve vou te ver fazer teus agradecimentos da monografia. Tomara que o recado sirva para Luan e Tica.

Aos meus queridos irmãos Roque, Nengo, meu Dindo, Bilo, Cui, muito obrigada. A Baiaco, meu irmãozinho caçulo, que sempre nos finais de semana dizia: vamos beber besta, assim tu aprende mais rápido, agora aceito teu convite rrsrs. Péa, esse é muito gente fina, me ensina tudo de geografia rrsrs.

Agradeço há Nailson meu cunhadinho que veio me trazer a exatamente quatro anos, a Adriana, a Nete. Ane, apesar de estarmos um pouco afastada lhe agradeço pelo incentivo sempre. As minhas eternas amigas do colégio Edilene, Edna “Pito”.

Agradeço a Nadinha minha querida, por estar sempre lá em cima na sua casa e me gritar “já chegou Dinha” rrsr! A Pepita minha sobrinha que muitas vezes precisei de sua net lembra? Que eu passava correndo do lado da sua casa e dizia: Pepi socorro preciso da tua ajuda, Pepi, te adoro. Enfim a todos e todas da minha família que contribuíram o quanto puderam para que eu pudesse estar vivendo esse momento tão importante de nossas vidas.

Obrigada a todos vocês pela paciência em todos os meus momentos de estudo, e foram muitos.

Nesse momento agradeço a Deus pela a minha nova família. Sara uma pessoa espetacular, tenho certeza que superará todas as turbulências que estas passando, estarei sempre do seu lado de apoiando, há, estarei com certeza em sua defesa. Minha querida priminha, que só descumprir quando começamos a estudar, Lane tu és uma pessoa maravilhosa, te adoro passeira de festa. Essa pessoa que mencionarei acredito ter nos conhecido em outras vidas, rrsr, tudo que fazíamos de trabalho em casa, ou na “*facul*” acabávamos ficando juntas era incrível, parceira de quarto, parceira de estágio como se não bastasse juntas com a mesma orientadora, Tainara minha força na faculdade, quando todos estavam loucos de trabalhos para fazer ela dizia “relaxe vai dá tudo certo” e dava mesmo, te adoro “TAI” tu és a pessoa mais alto astral que conheço.

Mili minha amiga “lora”, sempre apresada para terminar seus trabalhos, tenho uma enorme admiração por te, te adoro Mili.

Jose e Drielle a essas duas pessoas eu serei muito grata, me aturaram nesses dias finais de conclusão da mono, adoro vocês adorei te conhecer Jose. A toda minha família que escolhi desejo tudo de melhor, pois não sei se teria forças pra caminhar sem vocês.

Agradeço a Val minha querida amiga, que sempre nos momentos difíceis tinha algo para nos contar, e que nos fazia rir. A Carine, Geu, Cris, adoro muito vocês. Vini Preto, Rafa, Vick nossa “Beyonce”, Lai de Brumado, Paulinho a pessoa mais zen da faculdade. Enfim a todos os nossos professores que contribuíram e muito para nossa caminhada, Ângela, Gabrielle, Gina, Simone, Heleni, Albany, Valéria, Fabrício, muito

obrigada por tudo. Em especial a minha orientadora Marina Cruz, que me apoio e incentivou desde o nosso primeiro contato acreditando que iria dá certo, muito obrigada pró, deu certo mesmo.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso objetiva pesquisar e analisar as possibilidades e limites da atuação do profissional de serviço social na assistência social no município de Santo Antônio de Jesus no ano de 2012. A literatura utilizada para a construção deste projeto monográfico levou em conta as principais discussões sobre a trajetória histórica do Serviço Social, as transformações no mundo do trabalho, bem como o resgate acerca da assistência social, tendo em vista a problemática central em compreender as possibilidades e limites da atuação do assistente social no que tange à efetivação e garantia de direitos sociais na área da assistência social no município Santo Antônio de Jesus. Para tanto, foram utilizados como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica e a de campo, de caráter qualitativo, tendo sido entrevistadas 05 assistentes sociais que trabalham, respectivamente, no CRAS e na Secretária de Assistência Social da cidade anteriormente mencionada. O tipo de entrevista foi a estruturada, com vistas a estabelecer uma comparação mais sistemática das falas das assistentes sociais entrevistadas. Como principais resultados da pesquisa realizada, pudemos perceber que há muitos limites para as possibilidades de efetivação dos direitos sociais, preconizados na Política Nacional de Assistência, devido a vários fatores: estrutura física precária, número insuficiente de funcionários trabalhando, a inexistência de redes para viabilização das demandas etc.

Palavras- chave: atuação profissional, serviço social, assistência social.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CRAS- Centro de Referência da Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especial da Assistência Social

CFESS- Conselho Federal de Estudante de Serviço Social

CRESS- Conselho Regional de Estudante de Serviço Social

CF/88- Constituição Federal de 1988

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA- Lei Brasileira de Assistência

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social

MDS- Ministério de Desenvolvimento Social

NOB- Norma Operacional Básica

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PAIF- Programa de Atenção Integral à Família

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	132
2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: BREVES APONTAMENTOS E DISCUSSÕES	16
2.2 O serviço social no Brasil: breves considerações históricas	24
2.3 O Serviço Social no capitalismo contemporâneo: os rebatimentos do mundo do trabalho na profissão	31
3 ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DA GÊNESE A PROFISSÃO	38
3.1 Breve Trajetória da Assistência Social.....	41
3.2 A PNAS e o SUAS: avanços e desafios	47
3.3 A atuação do assistente social na Assistência Social: limites e possibilidades	53
3.4 A relativa autonomia do profissional de serviço social: contribuições para pensar o trabalho profissional na área da assistência social.....	587
4 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS.....	63
4.1 Procedimentos metodológicos e instrumental de coleta de dados	63
4.1.1 O município de Santo Antônio de Jesus: breves considerações históricas e indicadores sociais centrais	66
4.1.2 Contextualizando os CRAS em Santo Antônio de Jesus	67
4.2 Análise dos dados: O trabalho profissional do assistente social a partir das entrevistas	70
4.2.1 Perfil sociodemográfico das assistentes sociais entrevistadas	70
4.2.2 O cotidiano das profissionais: no contexto sócio-institucional.....	72
4.2.3 O serviço social: possibilidades e alternativas na Assistência social.....	74
4.3 Na prática a teoria é outra: a assimilação da teoria como fundamentação para a atuação profissional.	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
ANEXO	

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é fruto da reflexão a partir da minha inserção no estágio supervisionado, onde pude manter contato diretamente com a atuação do profissional do serviço social nas suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e principalmente técnico-operativa.

Paratanto, definiu-se como tema do trabalho: atuação profissional na área da assistência social. Tendo como objeto de estudo: a atuação do assistente social na área da assistência social no município de Santo Antônio de Jesus, tendo em vista os limites e possibilidades quanto à realização de direitos sociais na área da assistência social. Além disso, a proposta do referido projeto monográfico visar a analisar a atuação do profissional de serviço social, considerando a precarização do mundo do trabalho na contemporaneidade e seus reflexos nesse espaço sócio ocupacional.

Para construção e delimitação deste estudo, foi preciso recorrer à pesquisa bibliográfica sobre as transformações no mundo do trabalho, perpassando por um resgate histórico da trajetória do Serviço Social e da assistência social no Brasil. Segundo Marconi & Lakatos (1996), este tipo de pesquisa é fundamental para uma melhor compreensão do que será posteriormente pesquisado, para que o pesquisador esteja teoricamente embasado sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, qual é o meio mais adequado para a coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados.

Além disso, achamos pertinente irmos a campo para coletar dados com os profissionais que trabalham diretamente com a política de assistência social no referido município, a fim de conhecer de perto a materialização dessa política, tendo em vista limites e possibilidades. Na pesquisa de campo, utilizamos como coleta de dados a entrevista estruturada ou dirigida, a fim de garantir uma comparação entre as perguntas e as respostas dos entrevistados quanto à reflexão em torno da atuação profissional na assistência social. Quanto à sistematização e à análise dos dados coletados, recorreremos usamos à análise de discurso, conforme Orlandi (2001). Ao todo, foram entrevistadas cinco assistentes sociais, sendo que três trabalham no CRAS e duas na Secretaria de Assistência Social.

No processo de realização das entrevistas com as profissionais, bem como através do primeiro contato com aquela realidade, pudemos perceber que a atuação profissional dos assistentes sociais e seus respectivos estabelecimentos, isto é, CRAS e Secretaria de Assistência Social, é de grande significância para os demandatários, pois a procura pelos serviços sociais é muito grande. Em campo, percebemos que o quadro de profissionais, nessas instituições, é insuficiente, pois com o passar das horas, aglomeravam-se muitas pessoas, e o atendimento parecia ser precário, porque em meio a um atendimento e outro as profissionais saíam da sala, ou para dá informação, ou dirigiam-se a outros setores, não podendo realizar uma escuta qualificada e uma mediação adequada às demandas dos usuários.

Além disso, muitos foram os desafios narrados pelos profissionais entrevistados no que tange à atuação do assistente social, a saber: precarização do vínculo empregatício, infraestrutura não condizente com a demanda, falta de uma rede de serviços sociais, correlação de forças etc. Ademais, foi possível perceber que mesmo com esses limites, alguns profissionais reconhecem a importância da relativa autonomia no exercício de sua prática profissional nesse espaço e procuram, ainda que de forma restrita, fazer valer os direitos dos usuários.

O referido projeto monográfico encontra-se estruturalmente dividido em três capítulos, a saber: “A transformação do mundo do trabalho: breves apontamentos e discussões”, “Assistência Social e Serviço Social: da gênese à PNAS” e “O trabalho do Assistente Social na área da Assistência Social no município de Santo Antônio de Jesus”.

O primeiro capítulo versa sobre as principais transformações do mundo do trabalho à luz de Antunes (2009), o qual afirma que precarização do mundo do trabalho, acirra-se a partir das inovações da tecnologia. As profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho com o surgimento de novos modelos de organização e gestão têm como destaque o Taylorismo e o Fordismo, tendo como principais características as intensificações na divisão do trabalho, diferenciando o trabalho manual do intelectual. Sequenciando, fazemos breves considerações acerca da trajetória do serviço social no Brasil.

No segundo capítulo, fazemos uma breve contextualização sobre a história da assistência social no Brasil, tendo em vista as primeiras práticas de ajuda, realizadas

pelas “damas de caridade”, perpassando pela Constituição de 1988, aprovação da LOAS e da Política Nacional de Assistência Social em 2004.

O terceiro capítulo explicita os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da nossa pesquisa. Enfim, no término do trabalho, ou seja, nas considerações finais, fazemos todo o resgate deste trabalho, tecendo reflexões acerca das principais contribuições e limites da pesquisa.

2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: BREVES APONTAMENTOS E DISCUSSÕES

Dando “início” a nossa análise/discussão sobre a categoria trabalho no capitalismo contemporâneo, e as consequências para o Serviço social, é necessário fazermos uma síntese sobre as transformações no mundo do trabalho, respaldados em autores, pesquisadores da área, desde as primeiras formas de organização até a contemporaneidade.

Destarte, começaremos a análise/discussão propriamente dita com Lessa (2006), o qual, respaldado em Lukács, argumenta que os homens primitivos ao surgirem na face da Terra, foram os primeiros herdeiros da “primitiva organização” social dos primatas. Mais tarde com o aparecimento da agricultura e da pecuária, os homens passam a produzir mais do que necessitavam para sobreviver. Surgir aí, pela primeira vez na história da humanidade, o excedente de produção, e com ele, a possibilidade de acumulação de riquezas, passando a ser economicamente vantajoso explorar outro indivíduo. Sobre a constatação do aparecimento do homem Saviani diz que:

No processo de surgimento do homem, vamos constatar seu início no momento em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida. Assim, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm de adaptar a natureza a si. Agindo sobre ela e transformando-a, os homens ajustam a natureza às suas necessidades. (SAVIANI, 2007, p. 15).

Por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos. A partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, um autêntico ser social, pelo fato da capacidade de idear (isto é de criar ideias) antes de objetivar (isto é, de construir objetiva ou materialmente) que fundamenta para Marx, a diferença entre o homem e a natureza, isto é, a evolução humana. (LESSA, TONET 2008).

Segundo Marx, a luz de Lessa e Tonet (2008), graças as suas capacidades de idear, o indivíduo pode projetar na consciência o resultado das alternativas, fazendo

uma avaliação das mesmas e escolhendo aquela que julga mais conveniente para atender à sua necessidade. Uma vez projetado na consciência, o indivíduo age objetivamente, transforma a natureza e constrói algo novo em objeto. A prévia-ideação é denominada por Marx de objetivação.

O resultado dessa objetivação é sempre a transformação tanto da realidade quanto do indivíduo, que já não é mais o mesmo, uma vez que apreendeu algo novo com aquela realidade. Segundo Marx (*apud* LESSA e TONET, 2008), isso significa que, ao construir o mundo objetivo, o indivíduo também se constrói.

De acordo com Marx *apud* Lessa e Tonet (2008), o trabalho é fundante do ser social, porque transforma a natureza na base material indispensável ao mundo dos homens. Essa articulada transformação da natureza e dos indivíduos permite a constante construção de novas situações e novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante. Sobre a articulada transformação da natureza e dos indivíduos Marx acrescenta que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza... Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza (MARX, 2001, p. 211).

Endossando a citação acima, Antunes (2009) expressa que o fato de buscar a produção e a reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e lutar por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução. O trabalho é, portanto, resultado de um pôr teleológico que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, fenômeno este que não está essencialmente presente no ser biológico dos animais.

A ideação na consciência, citada por Antunes, está exclusivamente ligada ao homem, Marx *apud* Lessa e Tonet (2008) argumenta que a mesma é convertida em produtos objetivos, tipicamente pelo trabalho, isto é, passa a existir fora da consciência. [...] E do mesmo modo, tipicamente, é reconhecendo as novas necessidades e

possibilidades objetivas, abertas pelo desenvolvimento material que a consciência pode formular projetos ideais que orientam os atos de trabalho.

A partir do momento da idealização até a objetivação, é necessário o conhecimento da realidade a ser transformada. Para Marx *apud* Lessa e Tonet (2008), essa é a forma mais adequada de desenvolver um trabalho, assim, para que o ato alcance com êxito seu objetivo, faz-se necessário o conhecimento, que lhes dê possibilidades para escolher os meios da realidade que são adequados à objetivação da prévia-ideação, conhecer os meios é imprescindível para a realização do trabalho (LESSA, TONET 2008).

Fazendo uma analogia do “conhecimento da realidade”, defendido por Marx, como papel fundamental na realização de uma atividade, com a atuação do profissional de serviço social, Iamamoto, dentre outros autores, concorda sobre esse conhecimento da realidade, afirmando ser preciso:

[...] um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender ‘o tempo presente, os homens presentes, a vida presente’ e nela atuar, contribuindo, também para moldar os rumos de sua história (1999, p. 49).

Para que as atividades do assistente social, em âmbito público e ou privado, sejam bem desenvolvidas requer-se um profissional de serviço social, respaldado no código de ética da profissão de 1993, no qual estão organizadas as atribuições e competências do profissional, além de um profissional que seja comprometido com o projeto profissional da profissão, os quais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 1999, p.95).

Dando continuidade sobre as transformações no mundo do trabalho, segundo Antunes (2009), a classe trabalhadora inclui a totalidade daqueles que vendem sua força

de trabalho, tendo como núcleo *central* os trabalhadores *produtivos*. Ela não se restringe, portanto, ao *trabalho manual direto*, mas incorpora a *totalidade do trabalho social*, a totalidade do *trabalho coletivo assalariado*. Sendo o trabalhador *produtivo* aquele que produz diretamente mais valia e que participa *diretamente do processo de valorização do capital*, *ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora*, encontrando no *proletariado industrial* o seu núcleo principal (p.8).

Os autores prosseguem enfatizando que o trabalho produtivo, no qual se encontra o proletariado, no entendimento que se faz de Marx, não se restringe ao trabalho manual direto, incorporando também formas de trabalho que são produtivas, que produzem mais-valia, mas que não são diretamente manuais.

Vale ressaltar que a classe trabalhadora engloba também os trabalhadores *improdutivos*, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem enquanto elemento diretamente produtivo, enquanto elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais valia. Para Marx *apud* Antunes (2009), o trabalho é consumido como *valor de uso* e não enquanto trabalho que cria *valor de troca*.

O *trabalho improdutivo* abrange um *amplo leque* de assalariados que não criam diretamente valor. São aqueles que se constituem em trabalhadores não produtivos, geradores de antivalor no processo de trabalho capitalista, mas que são necessários para a sobrevivência do sistema. (idem)

A noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vedem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. (ANTUNES, 2009)

É importante sinalizar que o trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. Pelo trabalho, o homem se afirma como ser social e, portanto, distinto da natureza. O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ele intelectual, material ou artística. (ANTUNES, 2009). Na mesma direção, Iamamoto defende o trabalho como categoria fundante da vida humana:

Por meio do trabalho o homem se afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente racionalmente. Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quando no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas (IAMAMOTO, 2009, p.60).

Marx, citado por Antunes (2009), ressalta que, antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele põe em movimentos as forças naturais pertencentes a sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Segundo Marx *apud* Tonet (2009), o trabalho é o elemento que funda o ser social, sendo ele o intercâmbio dos seres humanos com a natureza por meio do qual são produzidos os bens materiais e imateriais necessários à existência humana.

Como vimos, a partir do intercâmbio do homem com a natureza este ao transformá-la, transforma-se também. Com o passar do tempo, esse homem senti novas necessidades, sendo que a partir dessas, o homem adquire novas experiências, novas habilidades, transformando a natureza para satisfazê-lo. Com o passar do tempo, esse homem evolui também, criando novas formas de exploração.

Como é sabido, a partir da primeira metade do século XV, ocorre o desenvolvimento do capitalismo mercantil. Esse sistema situará novas transformações na sociedade e no trabalho, desenvolvido pelo homem. No capitalismo mercantil, as relações de produção do campo são invadidas por mudanças comerciais, tornando o sistema de trocas cada vez mais complexo, tendo como objetivo a acumulação da riqueza. Com essas transformações, a trajetória de vida dos trabalhadores ocorreu de forma oposta à da burguesia, pois, à medida que se diminuia os meios de produção, o trabalhador ia sendo obrigado a submeter-se ao trabalho assalariado, o qual tornara-se indispensável para assegurar a subsistência familiar. Nesse caminho, outras

transformações foram surgindo, tanto no campo como na cidade (MARTINELLE, 2009).

A partir da século XVII, ocorre o desenvolvimento do capitalismo concorrencial, em sua face mercantil e industrial. Nesse século, foi abrigado algumas unidades fabris de produção. Além de ter sido neste mesmo cenário histórico que ocorreu a Revolução Inglesa¹. Neste mesmo ritmo de mudanças, no século seguinte, ocorreu a Revolução Francesa², que tinha como principal objetivo a derrubada do Antigo Regime e a instalação da sociedade burguesa (NETTO, 2009).

De posse dessas informações, sobre as primeiras formas de exploração do homem pela natureza, e dos primeiros desenvolvimentos das formas do capitalismo, as quais transformavam as relações sociais, é perceptível também nesse momento, as primeiras formas de transformações no mundo do trabalho.

Mais tarde, ao continuar analisando as transformações no mundo do trabalho, Antunes (2009) argumenta que a precarização do mundo do trabalho acirra-se a partir das inovações da tecnologia. As profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho com o surgimento de novos modelos de organização e gestão têm como destaque o Taylorismo e o Fordismo, tendo como principais características as intensificações na divisão do trabalho, diferenciando o trabalho manual do intelectual. E por fim, temos o Toyotismo, modelo surgido na década de 50, expandindo mundialmente a partir de 1980, marcado pela flexibilização das relações de trabalho, trabalho temporário e fragmentado e terceirizado.

Essas formas de gestão do trabalho, além de proporcionarem ampliação da produção e do lucro, também contribuem com o controle sobre a força de trabalho. Assim, o trabalho é organizado de maneira que o processo de trabalho e o trabalhador possam ser controlados (ANTUNES, 1995). As características desse modelo produtivo se refletem no ataque aos direitos trabalhistas. Como bem analisa Antunes (1995, p. 16, grifos do autor):

O *toyotismo* penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista

¹Compreendida entre 1640 e 1660, abrindo caminho para nova política econômica e social.

² Onde se deu a ampla divulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em Paris na histórica Assembleia Nacional de 26.08.1789.

dominante em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada na contemporaneidade pelo sistema produtor de mercadorias.

Dentre as mudanças ocorridas, percebe-se a fragmentação, heterogeneização e a complexificação da classe trabalhadora, tornando-se, por um lado, mais qualificada em alguns setores, alcançando até certa intelectualização do trabalho, por outro, no entanto, desqualificou-se e precarizou-se alguns ramos, tais como no setor da indústria automobilística, onde alguns profissionais perderam sua importância e mais tarde seus postos de trabalho. Portanto, no nosso contexto o que se pode constatar com tais mudanças é uma nítida ampliação de modalidades de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma grande massa de trabalhadores que passam de condição de assalariados com carteira para trabalhadores sem carteira. Essas mudanças fragmentam ainda a organização dos trabalhadores, e as diferentes formas de inserção no mundo do trabalho, há trabalhadores com carteira assinada, outros que trabalham por meio de contrato, outros atuando no mercado informal. Em outros termos,

Em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal e digital, estamos conhecendo a época da informalização do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial [...] (ANTUNES, 2009, p.25).

Algumas das repercussões destas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho, a saber: desregulamentação dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em praticamente todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo, em um “sindicalismo de empresa” (ANTUNES, 2009).

Como essas mudanças, desenvolve-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “*polivalente e multifuncional*” da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural. Sem falar dos trabalhadores terceirizados. Nova modalidade de contratação inserida no mercado de trabalho a partir dos anos 80, que se expande em escala global, trabalhadores esses subcontratados que se encontram na maioria das vezes sem nenhum tipo de vinculação com a empresa contratante, mas que têm obrigações como se estivesse tendo carteira assinada e todos os direitos trabalhistas cumpridos perante a lei.

Antunes (2009), respaldado no conceito do que é trabalho produtivo e improdutivo para Marx, usa-os como referência para falar na atualidade sobre as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, explicando que, a eliminação de vários cargos do tipo vigilância, supervisor, dentre outros anteriormente considerados como atribuições realizadas por trabalhadores improdutivos, são transferidas e incorporadas aos trabalhadores produtivos sendo este trabalhador cada vez mais explorado. O mesmo autor ressalta que o fato das tarefas realizadas antes por trabalhadores improdutivos serem transferidas para os trabalhadores produtivos não as faz idênticas, nem muito menos significam que uma incorpore a outra, ao contrário a intensão do capitalista é meramente reduzir os custos e ampliar a extração de mais-valia³.

Nesse contexto, a classe trabalhadora vem sofrendo profundas mutações, tanto nos países centrais, quanto no Brasil. Sabemos que quase um terço da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural (2009). Essas transformações têm impacto, obviamente, para o Serviço Social, enquanto profissão, inserida na divisão sócio técnica do trabalho, e conseqüentemente para a realidade dos assistentes sociais em estudo.

³ Ver sobre mais valia, em: INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DE MARX, 2008.

2.1 O serviço social no Brasil: breves considerações históricas

Nesse ítem, serão realizadas breves considerações acerca da história do serviço social, e as primeiras formas de assistencialismo implementadas na sociedade através do trabalho das damas de caridades engendradas de preceitos cristãos. Ademais, serão levantadas questões sobre o Movimento de Reconceituação da profissão no Brasil.

É consenso entre autores que as “expressões da questão social” constitui o principal instrumento de trabalho do assistente social, sendo questão social apreendida como o “conjunto das expressões das desigualdades”, as quais surgiam descontroladamente a partir da inserção das indústrias no Brasil, a partir da segunda metade da década 1920. Pode-se afirmar, que o aparecimento da questão social está atrelado à generalização do trabalho livre, numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Iamamoto (2001) conceitua questão social como:

[...] conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto a apropriação privada da própria atividade humana- o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalhador livre’, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2001:16, 17).

Endossando o posicionamento de Iamamoto, (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.21) entende por “questão social”:

[...] no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento que a classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada o conflito entre capital e trabalho.

Para Wanderley (2000; 2003) *apud* Iamamoto (2011), a questão social vai além, do conjunto das expressões das desigualdades, pois é preciso atentar também para as particularidades históricas culturais das relações sociais de cada região, em suas dimensões econômicas, políticas, culturais e religiosas, com acento na concentração de renda e poder e na pobreza das grandes majorias. Nesse sentido, deve-se atribuir visibilidades aos sujeitos que, por meio de seus esforços, conflitos e lutas atribuem densidade política à *questão social* na cena pública: indígena, negro, trabalhadores urbanos e rurais, mulheres, entre outros segmentos, que se constroem e se diferenciam nas histórias nacionais. Complementando esse pensamento, Wanderley acrescenta que no cenário Latino-Americano, a *questão social*:

[...] se põe, nos espaços e no tempo, diferentemente da realidade europeia, na instituição da nacionalidade, da esfera estatal, da cidadania, da implementação do Capitalismo. Em consequência, deverá ser entendida e datada de modo distinto. (WANDERLEY, 2000, p. 61).

Sobre “questão social” entende-se, segundo Iamamoto e Carvalho, as manifestações e expressões no andamento das constituições e desenvolvimento da classe operária, e conseqüentemente, o ingresso da massa no cenário político da sociedade, além da exigência do seu reconhecimento, por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação do dia a dia da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, que passam a exigir outros tipos de intervenção, para além da caridade e repressão (IAMAMOTO E CARVALHO, 2011).

O Estado, por sua vez, adota algumas medidas mais enérgicas nas relações entre o empresariado e o proletariado, além de prestar alguns tipos de serviços sociais, como enfrentamento da questão social, por meio de políticas públicas. Busca enfrentar, também, através de medidas previstas nessas políticas e concretizadas na aplicação da legislação e na implementação dos serviços sociais. Os trabalhadores sem meios de sobreviver, principalmente por conta da baixa remuneração salarial, passam a depender da renda de todas as classes. Nesse momento, a sociedade vê-se “obrigada” a ocupar-se com a manutenção dessa classe trabalhadora, alijada do mercado de trabalho.

Com o decorrer do processo de consolidação do Capitalismo na sociedade brasileira, a questão social passa a ser objeto de um violento “processo de criminalização” que atinge as classes subalternas. (IANNI, 1992; 2004 e GUIMARÃES, 1979). Essa classe passa a ser vista como “classe perigosa” e não mais considerada como classe laboriosa. Na década de 1930, a questão social era considerada como caso de polícia, ao invés de ser alvo de programas e políticas criadas pelo Estado no propósito de atender as necessidades básicas da classe operária.

A “questão social” é o principal instrumento de intervenção do assistente social. Iamamoto, (2008, p.163) corrobora com essa assertiva, ao afirmar que o serviço social tem na questão social a base de sua fundação, enquanto especialização do trabalho. Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços sócio assistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizados nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às várias expressões da questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta por moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões. Nesse sentido, é importante afirmar que:

O assistente social convive diariamente com as mais amplas expressões da questão social, “matéria-prima” de seu trabalho. Confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos sociais *ao nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual, seja em sua vida coletiva.* (ABESS/ CEDEPSS, 1996, p.154-155).

Para tanto, nesse momento, surge um novo agente profissional, imbuído de preceitos da igreja católica, a qual atuava como uma instituição que contribui nos primórdios para o desenvolvimento da profissão, tendo como principal finalidade, naquele momento, organizar a caridade. Mais tarde, na década de 1930, ao se constituir como profissão e se institucionalizar, o serviço social rompe com os preceitos morais e cristãos e conseqüentemente com a igreja católica, adquirindo um papel mais interventivo na defesa da classe trabalhadora. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2011).

Os acontecimentos internacionais de 1929 e 1930⁴ respingam significativamente na sociedade brasileira, levando esta a uma reorganização das esferas estatal e econômica, e com isso apressando o deslocamento do centro motor da acumulação capitalista das atividades de agro exportação para outras de realização interna, sendo a sociedade, nesse momento, profundamente afetada devido aos acontecimentos internacionais.

Com a transformação da sociedade, a partir da industrialização, ocorreu a organização do proletariado para sua própria defesa enquanto classe. Essa organização representará também a única via possível de uma participação ativa na sociedade. Assim, emerge no Brasil, com característica totalmente assistencialista e controladora, o trabalho desenvolvido pelas “damas de caridade”.

Devido às inúmeras formas de expressão da questão social que surgiam, para que o Estado se legitimasse não só perante a classe trabalhadora, mas também perante a classe dos proletariados, essa legitimação dava-se por meio de intervenções do próprio Estado nas múltiplas manifestações das expressões da questão social.

Para tal efetivação, fez-se necessária a implementação das políticas diretamente direcionadas a classe social do proletariado, tornando-se, indispensável, nesse processo, profissionais capacitados tanto na formulação como na implementação dessas políticas. Vale ressaltar que o aparecimento do Serviço Social, enquanto conjunto de atividades legitimamente reconhecidas dentro da divisão social do trabalho reaparece mais na década seguinte, haja vista que durante a década de 1920, desenvolve-se apenas moderadamente, ganhando força, sobretudo no início da década de 1930, com a mobilização, pela igreja, do movimento católico leigo, emergindo, assim, o Serviço Social como um departamento especializado da Ação Social, embasado em sua doutrina social.

Como foi citado anteriormente, na década de 1920, as primeiras instituições assistencialistas que surgem, por exemplo: a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a Ligas das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo, já possuíam uma diferenciação, em face das atividades tradicionais de caridade.

⁴ A crise do comércio internacional 1929, e o movimento de outubro de 1930.

O principal acontecimento da década de 1930, relacionado ao Serviço Social foi à fundação do primeiro Centro de Estatuto e Ação Social de São Paulo (CEAS), em 1932, considerado como manifestação original do serviço social no Brasil. Essa instituição aparece como condensação dos setores da Ação Social e Ação Católica. Tem-se, assim, o início do “Curso Intensivo de Formação Social para Moças” promovido pelas Cônegas de Santo Agostinho (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011).

O principal objetivo do CEAS era “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais” [...] (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p 178).

É de suma relevância destacar que o Centro de Estatuto e Ação Social fundou quatro outros Centros operários, até dezembro de 1932, onde suas propagandistas procuravam interessar e atrair as operárias e ter contato com as classes trabalhadoras, estudando-lhes o ambiente e necessidades (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011).

Dando continuidade aos acontecimentos, temos a criação da Lei número 2.497⁵, de 24.12.1935 do Departamento de Assistência Social do Estado, primeira iniciativa desse gênero no Brasil, tendo várias competências, como, por exemplo, superintender todo o serviço de assistência; harmonizar a ação social do Estado, articulando-a com a dos particulares. Em 1937, o CEAS passa a atuar no serviço de Proteção ao Migrante, “*funcionando dois anos junto à diretoria de Terras*”. Em 1938, é organizada a Seção de Assistência Social, que, tinha por finalidade “realizar o conjunto de trabalhos necessários ao reajustamento de certos indivíduos ou grupos às condições normais de vida”. (IAMAMOTTO E CARVALHO, 2011 p.185).

No decorrer desse processo, a Escola de Serviço Social passará por rápidos processos de adequação. O primeiro ocorre a partir do convênio⁶, firmado entre o CEAS e o departamento de Serviço Social do Estado, para a organização de Centros

⁵ A esta Lei, criada em 1935 dentre outras deveres competiria: superintender todo o serviço de assistência e proteção social; harmonizar a ação social do Estado, articulando-a com a dos particulares.

⁶ Convênio firmado no ano de 1939.

Familiares. O segundo se dará, logo em seguida, para atender a demanda das prefeituras do interior do estado. (idem)

Em suma, as primeiras atuações de assistencialismo no Brasil surgem nas décadas de 1920 e 1930 através da iniciativa particular de grupos e frações de classes, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possuindo no seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. Devido a tal demanda, em 1942, são disponibilizados cursos intensivos para auxiliares sociais e bolsas de estudos mantidas pelas grandes instituições, uma das formas encontradas para acelerar a formação de assistentes sociais (IAMAMOTTO E CARVALHO, 2011).

As atividades desenvolvidas pelos Assistentes Sociais eram bastante restritas, em função tanto do raio limitado da atuação dos órgãos públicos de Serviço Social, como das incapacidades das instituições particulares de assistência em constituírem uma base que tornasse viável a política de encaminhamento, elemento essencial do serviço social de casos individuais naquele momento (idem).

Portanto, a profissão de serviço social não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, como base na atividade assistencial. Seus efeitos são essencialmente políticos, isto é, o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho. Para tanto, o serviço social se propõe, ainda, a uma ação organizativa entre a população trabalhadora, dentro do programa de militância católica, contrapondo-se às iniciativas provenientes de lideranças operárias que não aderem ao associativismo católico (idem).

As primeiras tarefas desenvolvidas pelos assistentes sociais demonstraram uma atuação doutrinária e eminentemente assistencial. Tais atuações ocorrem nos Centros Familiares, organizados pelo CEAS a partir de convênio com o Departamento de Serviço Social do Estado, que funcionava em bairros operários. Sua finalidade seria de prevenir a desorganização e decadência das famílias, procurando elevar seu nível econômico e cultural por meio de serviços de assistência e educação. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011).

Podemos citar como marco tradicional do Serviço Social, a influência europeia e a norte-americana, sendo essa tão significativa ao ponto de saírem daqui os profissionais para se especializarem nos Estados Unidos, além de adicionar até uma disciplina no currículo mínimo, recomendado pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social- ABESS⁷. Vale ressaltar que a realidade vivenciada no país em questão não tinha nada em comum com a nossa, que se encontrava em pleno início da industrialização. (idem).

A profissão de serviço social, ao passar a defender e a se comprometer com os interesses da classe trabalhadora, passar a buscar fundamentação teórica para além das doutrinas católicas, a fim de compreender a realidade contraditória, passou, então, a produzir novos conhecimentos e a questionasse, surgindo, nesse contexto, o denominado o Movimento de Reconceituação⁸. As inquietações com aquela forma tradicional de atuar, mediante as expressões da “questão social” levavam os profissionais a testarem sua eficácia mediante a realidade social brasileira, assim como os fundamentos teóricos e metodológicos que fundamentavam sua prática. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011).

Diferenciando da caridade tradicional, vista como mera reprodutora da pobreza, o serviço social propõe uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011). É válido salientar que o Movimento de Reconceituação continua até hoje, sobretudo no âmbito das reflexões realizadas pelos profissionais nas dimensões técnico-operativa, teórica-metodológica e ético-política (idem).

O referido Movimento apresenta-se sobre três modelos de proposta profissional, sendo elas: a Perspectiva Modernizadora, que propõe um rompimento com o Serviço Social Tradicional, no sentido de se moldar as necessidades do novo modelo de Estado desenvolvimentista e modernizador. Nesta perspectiva ainda não se pensava em uma ruptura com a subordinação ao Estado e do poder vigente, o capitalismo, havendo

⁷Fundada em 1946. Foi de fundamental importância na formação de Assistente Social no Brasil. Posteriormente, em 1998 a ABESS deu lugar a ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

⁸ Expressão do processo de renovação do Serviço Social do Brasil. Sendo organizados os encontros de: Araxá (MG) em 1967, Teresópolis (RJ) em 1970, Sumaré (SP) em 1978, Alto da Boa Vista (RJ) em 1984 e Rio de Janeiro (RJ) em 1989 pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio Internacional de Serviço Social- CBCIISS.

apenas uma maior racionalização ou tecnificação da prática profissional (NETTO, 2006).

Na segunda perspectiva, a Reatualização do conservadorismo, segundo Netto (2006), tinha-se a proposta de retorno aos fundamentos da gênese da profissão, ou seja, retroceder sobre o já alcançado, voltando às características totalmente baseadas nos preceitos da Igreja Católica.

Já a terceira vertente, a chamada de Intenção Ruptura, é baseada na teoria Marxista, ainda que de forma enviesada, porém com a proposta de alcançar um pensamento crítico em relação à sociedade, e um menor distanciamento com os usuários.(idem)

Segundo Netto (2006), é somente na década de 1980 que, essa última vertente ganha proporções centrais no debate profissional, dando o tom da polêmica e confrontando o conservadorismo do serviço social, antes chamado de serviço social tradicional. É nesse mesmo momento histórico que o Serviço Social expande-se profissionalmente com a construção de um novo projeto profissional, ocorrendo a ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens. Segundo Netto *apud* Iamamoto (2009), os *projetos profissionais*, construídos pela respectiva categoria:

[...] apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisito[...] para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas de sua relação com os usuários dos seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições, públicas e privadas.(NETTO, 1999, p.88).

2.2 O Serviço Social no capitalismo contemporâneo: os rebatimentos do mundo do trabalho na profissão

No primeiro momento deste ítem, levantaremos algumas questões sobre as conquistas e desafios enfrentados pelo profissional de Serviço Social, para a construção do novo projeto profissional, proposto pela vertente de intenção de ruptura. Faz-se

necessário, nesse sentido, adentraremos na discussão sobre o Serviço Social no capitalismo contemporâneo, dando maior atenção às possibilidades e limites, vivenciados por essa categoria em suas mais diversas áreas de atuação.

Assim, para a compreensão do projeto profissional do Serviço Social, explanaremos, ainda que muito brevemente, sobre os projetos societários, bem como tipo de projeto coletivo que, apresentam uma imagem da sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios para concretizá-los (NETTO, 2006).

Nos projetos societários, como em qualquer outro projeto coletivo, há necessariamente uma dimensão política, que envolve uma relação de poder. Certa de que esta dimensão não pode ser identificada como posicionamento partidário. Ainda que se considere os partidos políticos como instituições indispensáveis para a organização democrática (NETTO, 2006).

Para a consolidação de um projeto profissional na sociedade, frente as outras profissões, além das instituições privadas e públicas, frente aos usuários dos serviços oferecidos pelo profissional, é necessário que se tenha em sua base um corpo profissional altamente organizado.

O projeto profissional do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto de expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias. Esse projeto profissional constitui um universo heterogêneo, visto que os membros da categoria profissional são necessariamente *indivíduos diferentes*, sendo seu corpo profissional uma unidade não homogênea, mas uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um *espaço plural* do qual podem surgir projetos profissionais diferentes. (IAMAMOTO, 2009, p.223).

Por isso, segundo Netto:

A elaboração e a afirmação (ou, se se quiser, a construção e a consolidação) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o *pluralismo* é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado. Mas este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o

ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas. (2006, p. 6).

O projeto profissional concretiza-se em várias dimensões da profissão, por exemplo nos instrumentos legais, que asseguram direitos e deveres dos assistentes sociais e representam uma defesa da autonomia profissional na condução do seu trabalho na luta por direitos, além de reafirmar, o respeito à autonomia e a presença política do movimento estudantil no Serviço Social, um dos espaços em que esse projeto é vitalizado.

Esse projeto profissional é fruto da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos de sociedade que se refratam no seu interior, segmentos importantes da categoria passam a orientar sua atuação, na contra corrente do trajeto conservador que hegemoniza as origens e o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro até a década de 1980 (IAMAMOTO, 2009).

A referida autora ressalva que, o projeto profissional não foi construído numa perspectiva meramente corporativa, volta a defesa dos interesses específicos do grupo profissional, nem exclusivamente voltado para a obtenção da legitimidade e *status* da categoria na sociedade inclusiva e no mercado de trabalho particular de modo a obter vantagens instrumentais como: salário, prestígio reconhecimento de poder no conceito das profissões.

Foi no solo histórico de grandes lutas por melhorias para a sociedade brasileira que se tornou possível e se impôs como necessário um amplo movimento de renovação crítica do serviço social, derivando em significativas alterações nos campos de ensino, da pesquisa e da organização político corporativa dos assistentes sociais.

O Serviço Social brasileiro redimensionou-se num forte embate contra tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a teoricamente. Neste caso:

Os serviços sociais têm para os capitalistas um caráter complementar à reprodução da força de trabalho a menor custo, para os trabalhadores assalariados tais serviços são também complementares na sua reprodução física, intelectual e espiritual e de sua família, já que a base de sobrevivência depende da venda de sua força de trabalho. Iamamoto (2011, p.110).

O profissional que se encontra posto no atual sistema vigente se depara com grandes dificuldades de organizar-se em relação ao seu trabalho, o capitalismo que visa a cada dia a obtenção de lucros abusivos com a exploração do trabalho interfere na atuação do profissional do serviço social, direcionando-o a ser como diria Netto, um mero executor de políticas públicas, totalmente burocratizado “obedecendo” as regras institucionais.

Segundo Bogo (2010) a organização é “*a base da transformação*” [...] sendo considerada também como um dos principais desafios demandados no serviço social para uma inserção profissional crítica e propositiva na contemporaneidade, é por meio dessa organização que, o profissional armazena as informações a serem interpretadas e transmitidas; fazendo necessário conhecer quais os anseios e desejos das massas para então interpretar as suas motivações. Outro desafio a ser enfrentado pelo assistente social é o de transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social.

Sobre a importância da organização dentro da categoria, Netto (2009, p.69) complementa que a constituição da profissão seria a resultante de um processo cumulativo, cujo ponto de arranque estaria na “organização” da filantropia e cuja cominação se localizaria na gradual incorporação, pelas atividades filantrópicas já “organizadas”, de parâmetros teórico-científico e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica.

Segundo Iamamoto (2009), o assistente social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais. Tem-se aí uma dupla possibilidade. De um lado, a atuação do (a) assistente social pode

representar uma “*invasão da privacidade*” através de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo do Estado (ou da empresa). De outro lado, ao desvelar a vida dos indivíduos, pode, em contrapartida, abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de informações sobre as expressões contemporâneas da *questão social* pela via do estudo social.

Segundo a mesma autora, atualmente, este trabalhador (a) social atua no âmbito das relações sociais, junto a indivíduos, grupos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo ações que *fortaleçam* sua autonomia, participação e exercício de cidadania, com vistas às mudanças nas suas condições de vida. Os princípios de defesa dos direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social, com vistas à superação da desigualdade social e de situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego.

O assistente social exerce uma função eminentemente “educativa”, “organizativa” nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e se sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade.

A categoria profissional desenvolve uma ação de cunho sócio educativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam, de fato, ser reconhecidos. Esses profissionais afirmaram o compromisso com os direitos e interesses dos usuários na defesa da qualidade dos serviços prestados, em contraposição à herança conservadora do passado. Importantes investimentos acadêmico-profissionais foram realizados no sentido de se construir uma nova forma de pensar e fazer o Serviço Social, orientadas por uma perspectiva teórico-metodológica apoiada na teoria social crítica e em princípios éticos de um humanismo radicalmente histórico, norteadores do projeto de profissão no Brasil Iamamoto (2009).

Pode-se afirmar que o mercado atual de trabalho demanda por um profissional que seja mais que um trabalhador na área da execução, mas também formulador e gestor de políticas públicas. Para isso, é preciso que haja um rompimento com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do assistente social ao mero emprego. É preciso que o sujeito profissional tenha competência para propor, para negociar com a

instituição seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Para isso, é necessário que o profissional vá além das rotinas institucionais e busque apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nelas presentes, que são passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (IAMAMOTO, 2009).

Para Iamamoto (2009), busca-se construir um novo perfil profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópica quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o *“tempo presente, os homens presentes, a vida presente”* e nela atuar, contribuindo, também para moldar os rumos de sua história (idem).

As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeito, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p. 97).

Por fim, é possível apreender que, o assistente social como trabalhador especializado, deve apresentar propostas profissionais que vislumbrem soluções para além da requisição da instituição, cujas demandas são apresentadas na versão burocratizada e do senso comum, destituídas da tradição ético política ou da interpretação teórico-metodológica. Portanto, cabe ao assistente social a responsabilidade de imprimir na sua ação os saberes acumulados pela profissão, ao longo do processo de reelaboração das demandas a ele encaminhadas (COUTO *apud* PAIVA, 2000, p. 81).

As transformações presenciadas no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo afetam, em parte, todas as profissões. Essa precarização faz-se notória, também na atuação dos assistentes sociais. Vale ressaltar que essa precarização especificamente no serviço social, não é somente devido às transformações advindas das mudanças decorridas com o acirramento do capitalismo, que têm impactos relevantes e significativos, mas também por tratar-se de uma profissão atravessada por relações de gênero, tendo em sua composição social uma predominância feminina, o que afeta sua imagem na sociedade e as expectativas sociais vigentes diante da mesma. O recorte de

gênero explica, em parte, os traços de subalternidade que a profissão carrega diante de outras de maior prestígio e reconhecimento social e acadêmico. Além da recorrência a posturas e comportamentos messiânicos e voluntaristas por ser engendrada na tradição católica (IAMAMOTO, 2009).

Segundo Yasbek (2009), na contemporaneidade, os profissionais de Serviço Social encontram espaços de atuação repletos de contradições e tensões movidas por interesses de classes antagônicas, exigindo do assistente social, a apreensão da realidade, a fim de entendê-la melhor e formular estratégias para seu enfrentamento em conjunto com as classes sociais, contribuindo para a viabilização de políticas sociais e a garantia de direitos sociais.

É indiscutível que um atendimento pautado sob a ótica, dos direitos humanos, é somente possível a partir de um aprofundado “*conhecimento*”⁹ da realidade social e de suas contradições, além da existência mais humana e digna. Sendo assim, além de uma sólida formação profissional no âmbito teórico metodológico, técnico-instrumental e ético-político, embasado no Código de Ética e Projeto Ético Político da profissão, é preciso que o Estado cumpra o seu papel na efetivação e garantia dos direitos sociais.

Vimos durante a exposição do referido capítulo reflexões acerca das transformações no mundo do trabalho, sendo que por conta dessas transformações a sociedade também passava por grandes modificações, diante das mais diversificadas expressões da questão social que surgiam. Devido a essas mudanças, fez-se necessária a requisição de profissionais técnicos capacitados que soubessem lidar com a diversidade das expressões que surgiam, surgindo assim o Serviço Social aqui no Brasil, precisamente na década de 1930, com a instalação das grandes indústrias.

No próximo momento do texto, abordaremos sobre a história da assistência social no Brasil, suas conquistas e retrocessos, desde sua gênese até a atualidade.

⁹ Ver mais sobre Conhecimento e “período de consciências”, em INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DE MARX. 2008.

3. ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DA GÊNESE A PROFISSÃO

Neste capítulo, serão resgatadas as primeiras formas da assistência na sociedade brasileira, relacionando-as às diversas expressões da questão social, sobretudo quando do seu surgimento e intensificação em decorrência do processo de industrialização o qual passa a exigir do Estado respostas. Essas dentre outras medidas, passa a requisitar a ajuda de profissionais capacitados, momento propício para o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social.

São muitas as dificuldades encontradas para se refletir sobre a história da assistência social em um país, onde a existência de preconceito e a confusão sobre o papel da assistência são perceptíveis desde os primórdios de seu surgimento, e muito pior, as ideias equivocadas sobre as mesmas seguem-se perpetuando até os dias atuais. Embora essa temática seja tão recorrente na literatura, bastante debatida pelo Serviço Social e Ciências Sociais ainda existem muitas lacunas que precisam ser consideradas. Potyara, (2002, p.1) atenta a essa questão ao afirmar que “as contribuições teóricas que existem não conseguem melhorar precisá-lo do ponto de vista conceitual e político-estratégico”.

Como sinalizada, a assistência aos pobres desfavorecidos aqui no Brasil encontra-se desde muito antes a industrialização. A partir desse processo, houve, sobretudo no decorrer da década de 1930, com a abertura das indústrias, período em que o país começa gradativamente perder suas características exclusivas de agro-exportador e passa a ter as primeiras indústrias (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011). Essa transição contribuiu dentre outros aspectos, para acentuar expandir a vulnerabilidade de uma maioria da sociedade, que vinham para a cidade na esperança de conquistar um emprego nas recém-criadas indústrias.

É salutar informar que antes mesmo das atuações das damas de caridade sociedade brasileira, o clero já “atuava” no controle direto do operariado industrial, sendo muito frequente a presença da religião católica dentro dessas indústrias, chegando a alguns casos até existir nessas indústrias capelas de oração, onde os funcionários eram obrigados a assistir as missas antes de iniciarem seu labor (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011).

No que diz respeito à atuação do Serviço Social na área da assistência social nesse período, pode-se afirmar que as ações estavam mais no âmbito restrito da assistência que naquele período estava associada às mais diversas formas de caridade e benemerência. Diante disso, pode-se afirmar que a gênese do Serviço social confunde-se também com o processo de institucionalização da assistência social por parte do Estado. Em 1938, é organizada a Seção de Assistência Social, com a finalidade de “realizar o conjunto de trabalhos necessários ao reajustamento de certos indivíduos ou grupos às condições normais de vida”. Para tanto faz-se necessário organizar as formas de intervenção do Serviço Social, através do chamado Serviço Social dos Casos Individuais, da denominada Orientação Técnica das Obras Sociais dentre outros (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p.123).

Conforme aumentava e se diversificava as expressões da questão social, ressaltam Iamamoto e Carvalho, (2011), tornando-se ainda mais complexa, as “Associações de Senhoras Brasileiras”, e as “Ligas das Senhoras Católicas” na década 1920, não mais conseguiam dar conta das atividades desempenhadas, no âmbito da assistência-caridade, tornando-se inevitáveis e necessárias o surgimento de escolas que pudessem qualificar essas profissionais, com formação técnica especializada para a prestação da assistência. A importância dessas instituições e das obras produzidas por essas mulheres são de extrema significância para a análise da gênese do Serviço Social no Brasil.

Em 1936, é fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, a partir desse momento nota-se que, paralelamente à demanda inicial por quadros habilitados por essa formação técnica especializada, originada da própria ação social católica, começa a aparecer outro tipo de demanda, agora partindo de determinadas instituições estatais. O surgimento dessas demandas pode ser vista pelos integrantes desse movimento como conquistas significativas para a profissão de Serviço Social. (*idem*).

Apesar da ação das primeiras profissionais ocorrer de forma bastante limitada com o conteúdo assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte, permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social. Portanto o Serviço Social surge da iniciativa particular de grupos e frações de classes, que se manifestam, principalmente, por

intermédio da igreja católica. No início de sua formação os agentes sociais eram formados por uma ideologia igualmente determinada. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011).

O Serviço Social gesta e desenvolve-se como profissão inserida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana. Nesse contexto de afirmação da hegemonia do capital industrial e financeiro, emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011).

Diante das manifestações, que adquire no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a questão social passa a exigir outros tipos de intervenção, para além da caridade e repressão. É nesse quadro que o profissional de Serviço Social contratado pelo Estado é chamado a intervir. Portanto pode-se afirmar que o serviço social no Brasil afirma-se como profissão, estreitamente integrado ao setor público em especial, diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011).

Diante das informações anteriores foi possível constatar que a inserção das primeiras damas de caridade na sociedade brasileira para atuar no âmbito da benemerência-assistência e mais tarde, com a complexificação das expressões da questão social, essas damas da burguesia não conseguindo mais os resultados esperados com suas intervenções, torna-se indispensável a requisição de profissionais com capacidade técnico operativa. Isso contribui para a criação da primeira Escola de Serviço Social em São Paulo no ano de 1936. Em suma podemos afirmar que o processo de institucionalização do Serviço Social caminha com o acirramento das expressões da questão social, as quais abrigam o Estado a pensar em respostas que ultrapassem o viés da caridade pela caridade.

3.1 Breve Trajetória da Assistência Social no Brasil

A seguir trataremos sobre a história da assistência social, desde o seu surgimento na década de 1930 quando se vê as primeiras formas de implementação de assistencialismo. Fazendo indispensável neste momento, destacarmos, pontos relevantes surgimento e sua institucionalização na década de 1930. Quando as primeiras formas de implementação do assistencialismo o qual tem se confundido com assistência social. Indispensável nesse momento destacarmos pontos relevantes sobre as diversas trajetórias históricas sobre a “assistência”, uma prática antiga pautada na solidariedade dirigida aos pobres, doentes e incapazes. Esta “ajuda” pautava-se pois, na compreensão de que na humanidade sempre existirão, os mais frágeis, que os quais serão eternos dependentes e precisarão de ajuda e apoio. A partir dessa concepção, pode-se apreender porque mesmo na contemporaneidade a assistência social quanto política de direito é confundida com assistencialismo, caridade e benemerência.

Até a década de 1930 no Brasil, as expressões da questão social eram concebidas como “um caso de polícia”. A partir desse momento histórico o Estado passa a incorporar ações de assistência aos trabalhadores em função da expansão do capital. Neste período, o Estado atuava como um simples agente de apoio, e as disfunções pessoais eram caminhadas para a internação dos indivíduos considerados como frágeis e doentes, mostrando, assim, o caráter de ligação entre a assistência e a saúde. Com o passar dos anos, o Estado passa a reconhecer sua responsabilidade em solucionar a “questão social” de forma politizada. (IAMAMOTO e CARVALHO 2011).

Trabalharemos, a partir desse momento, com algumas datas para situarmos melhor sobre os acontecimentos históricos, em relação à assistência social. Iniciaremos por 1920, quando surgem as primeiras instituições assistenciais. No período do Estado Novo, em especial a partir de 1937, onde serão perspectivas principais características dessas instituições, as quais visavam a propiciar benefícios assistenciais, afim de atender uma parcela significativa da força de trabalho, exaurida e mutilada pelo processo de trabalho. A abrangência desse contingente permitirá uma atuação ampliada sobre as sequelas da exploração capitalista. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011).

Em 1935, através da Lei número 2.47 cria-se Departamento de Assistência Social do Estado, primeira iniciativa desse gênero no Brasil, ao qual competiria: superintender todo o serviço de assistência e proteção social; celebrar para realizar programa, acordos com as instituições particulares da caridade, assistência e ensino profissional; harmonizar a ação social do Estado, articulando-a com a dos particulares; e distribuir subvenções e matricular as instituições particulares realizando seu cadastramento. Caberia além dos itens relacionados, a estruturação dos Serviços Sociais de "Menores", desvalidos dentre outros. Vale resaltar que a maioria dos artigos da Lei é dedicado à assistência ao menor (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011).

Outra instituição que merece destaque é o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS. Instituição responsável pela primeira grande regulação da assistência social no país, este é criado em 1938, como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por representantes ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações deveria auxiliar. Transita, pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia. Por conseguinte esta é a primeira forma de presença da assistência social na burocracia do Estado brasileiro, ainda que na função subsidiária de subvenção às organizações que prestavam amparo social (*idem*).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2011), o Conselho Nacional de Serviço Social-CNSS não chegou a ser um organismo atuante. Caracterizando-se mais pela manipulação de verbas e subvenções, como mecanismo de clientelismo político. Sua importância se revela apenas como marco de preocupação do Estado em relação à centralização e organização das obras assistenciais públicas e privadas.

A primeira referência explícita na legislação federal com respeito a serviços sociais consta na carta constitucional de 1934, onde o Estado fica obrigado a assegurar o amparo dos desvalidos e se fixa a destinação de 19 por cento das rendas tributáveis à maternidade e à infância (IAMAMOTO e CARVALHO 2011, p.263).

Assim a assistência social enquanto política social passa a se organizar melhor 1942, durante o governo de Getúlio Vargas, que buscava ganhar apoio da população para o "esforço da guerra", ao mesmo tempo em que procurava mostrar que esse

“esforço” é de toda a sociedade, não recaindo seu peso sobre nenhum seguimento em particular. É nesse momento de engajamento do país para a guerra, que surge a primeira campanha assistencialista de âmbito nacional, que tomará formas através da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Considerando a primeira grande instituição nacional de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência, é organizada em sequência ao engajamento do país na Segunda Guerra Mundial¹⁰, o Estado, por sua vez, interessado em conseguir o maior número possível de convocados para a guerra passa a prover as necessidades dessas famílias cujos os chefes hajam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço da guerra.

A Legião Brasileira de Assistência, logo após a assistência prestada “às famílias dos convocados”, passa à atuar em praticamente todas as áreas da assistência social, inicialmente para suprir as atividades básicas e em seguida, visando a um programa de ação permanente. A LBA organiza-se sobre uma estrutura nacional (órgãos centrais, estaduais e municipais), procurando mobilizar e coordenar as obras particulares e as instituições públicas, ao mesmo tempo em que, através de iniciativas próprias, tenta suprir as brechas mais evidentes da rede assistencial. Dentre as iniciativas tomadas pela LBA, entre elas, e principalmente a “assistência” voltada “às famílias dos convocados”, tem-se também como grande importância, a implantação e institucionalização do Serviço Social, contribuindo em diversos níveis para a organização, expansão e interiorização da rede de obras assistenciais, incorporando ou solidificando nestas os princípios do serviço social. (IAMAMOTO e CARVALHO 2011, p.261).

Com a implantação da LBA, tem-se a impressão de que houve a expansão e o aumento quantitativo do volume de assistência e do uso do serviço social para a organização e distribuição dessa assistência de forma mais rentável política e materialmente, não implicando, de imediato, mudança expressiva de sua qualidade.

Em outubro de 1942 a L.B.A. se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltadas para “congregar as organizações

¹⁰ Conflito militar global que durou de 1939 a 1945, envolvendo a maioria das nações do mundo incluindo todas as grandes potências. Foi a guerra mais abrangente da história, com mais de 100 milhões de militares mobilizados (MASSON, 2010).

de boa vontade”. Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania. (SPOSATI, 2004 p.20).

É com a Constituição Federal de 1988 que se dá o marco fundamental desse processo de reconhecimento de assistência social como política social que, junto com as políticas de saúde e de previdência social, compõem o sistema de seguridade social brasileiro. Portanto, pensar esta área como política social é uma possibilidade recente. Mas, há um legado de concepções, ações e práticas de assistência social que precisam ser capturados para análise do movimento de construção dessa política social. Nesse sentido, faz-se mister remeter-se as contribuições de Potyara quando ao processo histórico dessa política desde os seus primórdios até ao final da década de 80. Sobre o reconhecimento da assistência social enquanto política social de direito, após longas décadas de caráter eminentemente assistencialista, Potyara afirma que:

Até 1998, a assistência social no Brasil não era considerada direito de cidadão e dever do Estado. Embora existisse desde o Brasil colônia, a sua ação era ditada por valores e interesses que confundiam com dever moral, vocação religiosa, sentimento de comiserção, ou, então, como práticas eleitoreiras, clientelistas e populistas. Nessa época, predominava o que denominamos assistencialismo, isto é, o uso distorcido e perverso da assistência ou – a desassistência, como prefiro chamar –, porque a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos não constituía o alvo dessas ações ditas assistenciais (POTYARA, 2007, p.64)

O artigo 194 da Constituição Federal de 1988, estabelece uma nova concepção para a assistência social, incluindo-a na esfera da seguridade social, a saber:

Art.194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003, p. 193).

A Assistência Social, como um conjunto de ações estatais e privadas para atender a necessidades sociais, no Brasil, apresentou nas duas últimas décadas uma trajetória de avanços que a transportou, da concepção de favor, da pulverização e dispersão, ao estatuto de Política Pública e da ação focal e pontual à dimensão da universalidade. Segundo Lobato, a ideia de seguridade social corresponde a um conjunto de direitos sociais materializados em benefícios providos pelo Estado e garantidos pelo conjunto da sociedade a partir da compreensão de que os riscos a que estão sujeitos seus membros são de responsabilidade de todos (LOBATO: 2004 p.1).

Nos ditos de Pereira (1998), o Sistema de Seguridade Social Brasileiro é restrito e acanhado, se comparado com o esquema concebido por Beveridge, que previa um programa unificado e amplo de seguro social [...] Após dezenove anos, a Seguridade Social não foi implementada, conforme previsto na Carta Magna, e as políticas que a compõem são executadas de forma fragmentada e desarticuladas, distante de tornar-se um todo coeso e articulado.

Pós-aprovação da Constituição de 1988, iniciou-se movimentos para que fossem legitimados os direitos sociais contidos nessa, anos depois, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, (processo esse que mobilizou universidades, instituições públicas, órgãos da categoria e meios políticos, na busca de um padrão democrático e social da assistência social), é que se dá a regulamentação da política de Assistência Social no Brasil, iniciando assim a atuação dos profissionais em diversas áreas. Com a promulgação da LOAS, o atendimento ao cidadão passa a ser concebido em termos legislativos de forma universal, sem distinção, e para tal, o profissional precisa estar devidamente apropriado do conteúdo estabelecidos, tanto no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais¹¹, criado também em 1993, e na Lei de Regulamentação da Profissão¹². Sobre esses movimentos populacionais:

Devem ser vistos, também (neles, é claro, os seus agentes), como produtores da história, como forças instituintes que, além de questionar o estado autoritário e capitalista, questionam suas práticas, a própria centralização/burocratização tão presente

¹¹Aprovado em 15 de março de 1993

¹²Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993

nos partidos políticos. (RESENDE, 1985, p.38)

Mas tarde em 1990, o presidente Fernando Collor de Mello veta todos os princípios universalizantes, distributivos e não-estigmatizadores da Seguridade Social, inscritos na Constituição Federal de 1988. O governo Collor conseguiu vetar integralmente o texto da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), regulamentadora dos preceitos constitucionais.

Um dos principais intuitos com a criação da LOAS em 1993, foi criar uma política baseada no direito à assistência social ancorada em mecanismos participativos de decisão. Esse esforço tendeu a promover uma reorganização de competências e atribuições entre as esferas de governo, bem como nos órgãos envolvidos pelas ações assistenciais provocando a decolagem de um processo amplo de descentralização política, administrativa e recentemente fiscal. (SPOSATI, 2007).

A LOAS é a lei que assegura a assistência social à população, como um direito da cidadania, além de sistematizar e institucionalizar, como permanentes, os serviços assistenciais às famílias em situações de vulnerabilidade e de risco social. É válido salientar que é a partir dela, os profissionais de serviço social, debruçam-se “ganhando forças” e argumentos na garantia e defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e do autoritarismo; na ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos das classes trabalhadoras; na defesa da radicalização da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; no posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegurem universalidade de acesso aos bens e serviços, bem como sua gestão democrática; e no empenho para a eliminação de todas as formas de preconceitos (CFESS, 2009).

Em 2004, o CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a atual Política Nacional de Assistência Social, esta, operacionalizada no formato de um sistema – o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Diversas são as críticas tecidas em relação a essa mesma política:

A PNAS separa as funções de *promoção* da assistência social das de *inserção, prevenção e proteção*, pois a política pública que concretiza

direitos é inerentemente promotora e otimizadora de satisfações de necessidades. É com base nesse entendimento que também não vemos sentido no fato de a política de assistência social ter como objetivo primordial a provisão de *mínimos sociais*, pois nenhuma política pública concretizadora de direitos visa ao *mínimo* de atendimento, mas ao essencial, que deverá ser crescentemente otimizado (POTIARA, 2002, p.69).

Neste item foi exposto a breve trajetória da Assistência Social no Brasil, sua constituição e implementação até passar a ser considerada como uma política pública, a efetivação dos direitos dos cidadãos com a Constituição Federal de 1988. Em suma foram expostos pontos relevantes da história da assistência. Dando continuidade explanaremos a seguir sobre a “extensão” dessa seguridade, com a implementação da PNAS e o SUAS.

3.2 A PNAS e o SUAS: avanços e desafios

O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, tendo em vista a apresentação de proposta da Política Nacional de Assistência Social - PNAS pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, além de considerar a realização de Reuniões Descentralizadas e Ampliadas do Conselho para discussão e construção coletiva do texto final da PNAS ocorridas em julho de 2004, aprova, em reunião do Colegiado de 22 de setembro de 2004, por unanimidade dos Conselheiros a Política Nacional de Assistência Social. Efetivamente, a Política Nacional de Assistência Social PNAS foi aprovada pelo então presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, e pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, com publicação no *DOU* de 28/10/2004, resultado de intenso e amplo debate nacional (PNAS, 2004).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, decide elaborar, aprovar e tornar pública a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, demonstrando a intenção de construir coletivamente o redesenho desta política, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Segundo a PNAS, a descentralização aliada à estratégia da territorialização, permitiria a redistribuição do poder, o deslocamento dos centros decisórios, à tomada de decisão mais próxima do local onde reside a população, a considerar as demandas e as desigualdades socioterritoriais. Sobre o exposto Yasbek acrescenta que:

A descentralização contribui para o reconhecimento das particularidades e interesses próprios do município e como possibilidade de levar os serviços para mais perto da população. (...) [e] a municipalização aproxima o Estado do cotidiano de sua população, possibilitando-lhe uma ação fiscalizatória mais efetiva, permite maior racionalidade nas ações, economia de recursos e maior possibilidade de ação Inter setorial e interinstitucional. (YAZBEK, 2004, p.16)

O SUAS preconiza o modelo de gestão descentralizada e participativa, constitui-se com base regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais, com vista a materializar o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social (PNAS, 2004).

A nova proposta de intervenção na área de assistência mostra-se de grande importância, uma vez que a mesma se propõe a consolidar o modelo proposto pela Constituição de 1988, rompendo com ações focalizadas, fragmentadas e emergenciais que marcaram esta política dentro de uma perspectiva histórica. (PNAS, 2004).

De acordo com os termos legais a Política Nacional de Assistência Social, expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social. Um dos principais objetivos com a criação da PNAS é concretizar, ou seja, por em prática as diretrizes do art. 5º da LOAS a saber.

A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

De acordo com a PNAS, a Proteção Social Especial refere-se a serviços mais especializados, destinados a pessoas em situações de risco pessoal ou social, de caráter mais complexo, e se diferenciaria da proteção social básica por “se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos” (PNAS, 2004, p. 31).

Os princípios democráticos que regem a Política Nacional de Assistência Social em consonância com o disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, são os seguintes:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme exposto na PNAS:

Matricialidade Sócio-Familiar; Descentralização político-administrativa e Territorialização; Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; O desafio

da participação popular/cidadão usuário; A Política de Recursos Humanos; A Informação, o Monitoramento e a Avaliação (PNAS, 2004, p.33).

Para melhor compreensão dessa política faz-se necessária uma breve análise sobre os elementos essenciais acima mencionados: *matricialidade sócio-familiar* são reconhecidas as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições. Assim é primordial a centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisam também ser cuidados e protegido. Reconhece também a importância da família no contexto da vida social, como explícito no Art. 226 da CF/88, quando declara que a “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. Embora haja o reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social e, portanto, merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias brasileiras (PNAS, 2004).

Ainda segundo a PNAS os serviços de proteção social, básica e especial, voltados para a atenção às famílias deverão ser prestados, preferencialmente, em unidades próprias dos municípios, através dos Centros de Referência da Assistência Social básico e especializado. Os serviços, programas, projetos de atenção às famílias e indivíduos poderão ser executados em parceria com as entidades não governamentais de assistência social, integrando a rede socioassistencial. (*idem, ibidem*)

Quanto à *descentralização político-administrativa e territorialização* é essencial que caiba a cada esfera de governo, em seu âmbito de atuação, respeitando os princípios e diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Assistência Social, coordenar, formular e co-financiar além de monitorar, avaliar, capacitar e sistematizar as informações. Considerando o fato que muitos dos resultados das ações da política de assistência social impactam em outras políticas sociais e vice-versa, é imperioso construir ações territorialmente definidas, juntamente com essas políticas. De acordo com Montaño (2002: p.192)

A 'descentralização' da atividade social do Estado (...) tem sido realizada apenas no nível do gerenciamento, e não da sua gestão". Ou seja, a descentralização tem se caracterizado pela mera transferência de responsabilidade para os níveis locais de governo.

De acordo com as denominadas *Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil*, deve preconizar a participação da sociedade civil tanto na execução dos programas através das entidades beneficentes e de assistência social, bem como na participação, na formulação e no controle das ações em todos os níveis. Nesse sentido é válido resgatar que a LOAS propõe um conjunto integrado de ações e iniciativas do governo e da sociedade civil para garantir proteção social para quem dela necessitar. É salutar informar que a gravidade dos problemas sociais brasileiros é de pura competência do Estado, o qual assumira a primazia da responsabilidade em cada esfera de governo na condução da política. Por outro lado, a sociedade civil participaria apenas como parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social. Possui, ainda, o papel de exercer o controle social sobre a mesma. (*idem, ibidem*)

Quanto ao *financiamento* preconiza-se um Sistema Decentralizado e Participativo da Assistência Social, que toma corpo através da proposta de um Sistema Único, a instância de financiamento é representada pelos Fundos de Assistência Social nas três esferas de governo. O financiamento da seguridade está previsto no art. 195, da Constituição Federal de 1988, instituindo que, através de Orçamento próprio, as fontes de custeio das políticas que compõem o tripé devem ser financiadas por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das contribuições sociais. (*idem, ibidem*)

No âmbito do *Controle Social*, a PNAS prevê as alianças da sociedade civil com a representação governamental enquanto elemento fundamental para o estabelecimento de consensos, o que aponta para a necessidade de definição de estratégias políticas a ser adotadas no processo de correlação de forças. Nesse item é fundamental fazer menção ao *desafio da participação popular/cidadão usuário* no que tange à criação de mecanismos que venham garantir a participação de fato dos usuários nos conselhos e fóruns enquanto sujeitos não mais sub-representados. (*idem, ibidem*)

Já a *Política de Recursos Humanos* por conta parca condução a cerca de debate sobre os recursos humanos, a uma dificuldade em se compreender acerca do perfil do servidor da assistência social, da constituição e composição de equipes, dos atributos e qualificação necessários às ações de planejamento, formulação, execução, assessoramento, monitoramento e avaliação de serviços, programas, projetos e benefícios, do sistema de informação e do atendimento ao usuário desta política. (*idem, ibidem*)

Por fim a *Informação, o Monitoramento e a Avaliação* são de suma importância a implantação para a implantação das políticas articuladas de informação, monitoramento e avaliação que realmente promovam novos patamares de desenvolvimento da política de assistência social no Brasil, das ações realizadas e da utilização de recursos, favorecendo a participação, o controle social e uma gestão otimizada da política. Desenhados de forma a fortalecer a democratização da informação, na amplitude de circunstâncias que perfazem a política de assistência social, estas políticas e as ações resultantes deverão pautar-se principalmente na criação de sistemas de informação, que serão base estruturante e produto do Sistema Único de Assistência Social, e na integração das bases de dados de interesse para o campo socioassistencial, com a definição de indicadores específicos de tal política pública (PNAS, 2004).

Em síntese, tem-se que o SUAS constitui-se, nos termos da lei, um mecanismo organizador dos preceitos, disposições, ações e procedimentos previstos na LOAS e na PNAS. Seu objetivo é de garantir, do ponto de vista operacional e em caráter sistêmico (funcionalmente interligados), a implementação e gestão da política de assistência social. Dito de outra forma, é por meio do SUAS que se irá saber como os serviços, benefícios, programas e projetos previstos na LOAS e na PNAS vão ser ou estão sendo organizados e oferecidos; onde podem ser encontrados; que pessoas ou grupos sociais terão acesso a eles e sob quais critérios; que padrões de atendimento vão ser definidos; como serão realizados, fornecidos e utilizados os estudos e diagnósticos que embasarão o atendimento; e de que forma será feito o acompanhamento e avaliação do próprio sistema e de seus resultados e impactos.

De posse das informações expostas, vimos que há uma longa caminhada a ser percorrida para a assistência social enquanto política social seja materializada de acordo

com o previsto na lei. Estudo de caráter nacional, realizados pelo próprio IBGE no ano de 2005 revela ainda a forte presença do caráter assistencialista na política de assistência social brasileira. Uma das marcas dessa política têm sido os programas de transferência de renda, como rígido critério de elegibilidade e baixíssima transferência monetária aos beneficiários. Ressaltasse ainda que o caráter dessa política atrelada ao “*desenvolvimento de potencialidades e aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários*” (BRASIL, 2004, p. 34), ou melhor, “*suprir sob dado padrão pré-definido um recebimento e desenvolver capacidades para maior autonomia*” (Idem: 14). Por este motivo, a nova PNAS não se diz tuteladora ou assistencialista, mas sim, estaria “*aliada ao desenvolvimento humano e social*” (Ibidem).

Na prática percebe-se ainda uma imensa lacuna o que estar no âmbito da ideação da PNAS e sua materialização propriamente dita. Diversas são as implicações nesse percurso, revelando para o serviço social grandes desafios no que tange à execução da política de assistência social. Dando continuidade, no próximo momento do texto, trataremos sobre exatamente sobre a prática profissional do assistente social nessa área sócio ocupacional, tendo em vista a relativa autonomia, limites e possibilidades no processo de mediação entre o âmbito da ideação e da concretização dessa política.

3.3 A atuação do assistente social na Assistência Social: limites e possibilidades

As atribuições e competências¹³ dos (as) profissionais de Serviço Social, independentes de suas áreas de atuações, sejam elas realizadas na política de assistência ou em outros espaços sócio ocupacionais são orientadas e norteadas por direitos e deveres, constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da

¹³ As *competências* expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, pois são a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais.

As *atribuições* são prerrogativas exclusivas ao serem definidas enquanto *matéria, área e unidade* de Serviço Social. Esse esclarecimento conduz à elucidação da concepção mesma de profissão de Serviço Social, uma vez que a auto qualificação da profissão é uma prerrogativa de seus agentes especializados e seus organismos representativos (IAMAMOTO, 2002).

Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos (as) profissionais, quanto pelas instituições empregadoras (CEFSS, 2009).

No que se refere aos direitos dos (as) assistentes sociais, o artigo 2º do Código de Ética assegura:

- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- b) livre exercício das atividades inerentes à profissão;
- c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- h) ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
- i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

Tratando-se dos deveres desse profissional, tem-se no artigo 3º do Código de Ética o seguinte:

- a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a Legislação em vigor;
- b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da profissão;
- c) abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o

policciamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;

d) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Além dos direitos e deveres exposto a cima, vale salientar que, para os profissionais atuantes no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)¹⁴, e no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)¹⁵, ou seja, aqueles que trabalham diretamente com as políticas de Assistência Social há uma necessidade desse profissional afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente, a partir da “correlação” do indivíduo e do ambiente onde ele está inserido (PNAS,2004).

As competências e atribuições dos/as assistentes sociais, segundo a política de Assistência Social, e com base na Lei de Regulamentação da Profissão, requisitam, do (a) profissional, algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto histórico em que se situa sua intervenção, por exemplo:

- Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no País e as particularidades regionais;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996).

¹⁴ É uma unidade pública e estatal, que realiza atendimento de até 1.000 famílias/ano, estão localizados em área de maior vulnerabilidade social (PNAS, 2004).

¹⁵ Destinados a pessoas com vínculos familiares rompidos, em decorrência de abandono familiar, violência, abuso sexual, além de maus tratos que podem ser físicos, ou mesmo psicológico (PNAS, 2004).

As competências direcionadas aos profissionais de serviço social, segundo a ABEPSS (1996), permitem aos mesmos realizarem a análise crítica da realidade, para, a partir daí, estruturar seu trabalho e estabelecer as competências e atribuições específicas, necessárias ao enfrentamento das situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano. As competências específicas dos (as) assistentes sociais, no âmbito da Política de Assistência Social, abrangem diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis¹⁶. É válido salientar que para a realização dessas competências e atribuições, requer-se do profissional em questão, a utilização de instrumentais adequados a cada situação social a ser enfrentada profissionalmente. (CEFSS, 2009).

Orientar o trabalho do profissional, conforme estabelecidos no Código de Ética e na lei que regulamenta a profissão, requer um de profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Esses elementos, aliados à pesquisa da realidade, possibilitam decifrar as situações particulares com que se defrontam o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Por outro lado, requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los. Na verdade, é de grande valia está atento às observações feitas por Iamamoto (2001, p.20) (...) *um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo*".

Sobre os desafios em geral enfrentados pelos profissionais, (ANDRADE, 2002, p.185). Acrescenta:

O desafio profissional é, pois, dentro desse campo contraditório, direcionar sua ação para o atendimento das necessidades sociais dos trabalhadores e ainda ampliar seu campo de trabalho através de sua competência técnico-operativas, respondendo às novas demandas de forma ética e comprometida com a defesa da dignidade dos trabalhadores.

¹⁶ Ver na íntegra as competências específicas dos (as) assistentes sociais, no Parâmetro para Atuação de Assistentes Sociais, na Política de Assistência Social.

Além da contribuição de Andrade é preciso destacar que:

“os desafios presentes no campo da atuação exigem do (a) profissional o domínio de informações, para identificação dos instrumentos a serem acionados e requer habilidades técnico-operacionais, que permitam um profícuo diálogo com os diferentes segmentos sociais. O conhecimento da realidade possibilita o seu deciframento para ‘iluminar’ a condução do trabalho a ser realizado. A pesquisa, portanto, revela-se um vital instrumento e torna-se fundamental incorporá-la aos procedimentos rotineiros.” (CFESS/COFI, 2002, p.12).

Considera-se como grande desafio enfrentados pelo profissional no que tange aos princípios de integralidade, totalidade nos atendimentos sociais, as articulações das redes sociais, que se possibilita à macro/micro leitura da realidade social da população neste país.

Em suma entende-se que a partir da junção dos direitos e deveres atribuídos aos assistentes sociais em seus campos de atuação, somado as competências, que lhes permitiram realizar uma análise crítica da realidade, para que, esse profissional possa estruturar seu trabalho para assim intervir na realidade posta. Vale ressaltar ainda que, para a realização das competências e atributos do profissional atuante no campo da assistência social são necessários à utilização adequada dos instrumentais técnicos, das estratégias e que estes devam ser estabelecidos pelo (a) próprio (a) profissional, que tem o direito de organizar seu trabalho com autonomia e criatividade, em consonância com as demandas regionais, específicas de cada realidade em que atua.

Portanto constitui-se ainda como grande desafio do Serviço Social na atualidade superar as práticas conservadoras que imprimiram a identidade assistencialista à profissão, por muitas décadas, sendo que algumas já foram já suplantadas porém ainda há muito que rever sobre a atuação desse profissional, em especial na área da Assistência Social, onde são perceptíveis ainda os novos arranjos ou roupagens dadas as práticas assistencialismo que insistem em se “mesclar” com a Assistência Social enquanto política de direito. Nesse sentido é preciso afastar-se das abordagens

tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas disciplinadoras e corretivas dos mandatários, as quais tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente.

3.4 A relativa autonomia do profissional de serviço social: contribuições para pensar a atuação na área da assistência social.

Falar sobre a autonomia do profissional de serviço social, nos leva a remeter a várias questões imbricadas na “relação” entre empregado e empregador na divisão sociotécnica do trabalho. Desde o surgimento da profissão modo de atuação, as formas de contratação desses profissionais, condições de trabalho que são estabelecidas nas instituições, há inúmeras questões que precisam ser consideradas no decorrer desse processo. Enfim, é preciso retratar como tem ocorrido a atuação do assistente social após retrocessos e conquistas (IAMAMOTO, 2008).

De posse das informações apreendidas nas obras dos autores do serviço social que discutem sobre o tema, *relativa autonomia*, observa-se que, ao tratar sobre o assunto, nos diversos espaços ocupacionais, vários questionamentos e indagações surgem.

Em relação à autonomia do profissional, Iamamoto (2009) diz que, o assistente social é contratado tanto pelo Estado, como pelo empresariado, mesmo que o profissional não produza diretamente riquezas, valor e mais-valia, é parte de um trabalhador coletivo, fruto de uma combinação de trabalhadores especializado na produção, de uma divisão técnica de trabalho. É neste trabalho cooperativo que o assistente social cria condições necessárias para fazer crescer o capital investido na empresa.

Iamamoto (2009) acrescenta que o assistente social, contratado em alguns casos, por uma categoria social com interesses específicos, demanda do mesmo, determinadas, funções, porém sua intervenção se desenvolve em torno da realidade de outras categorias sociais, geralmente com interesses contrários aos dos contratantes, demandando outras funções do profissional. Para que esse profissional possa está atento

aos diferentes tipos de demandas dos usuários e do empregador, é preciso que o mesmo posicione-se e conheça tanto os limites e as possibilidades dentro desses espaços sócio ocupacional para que não incorra nas armadilhas do cotidiano e tenha maiores dificuldades em efetivar os direitos dos usuários que procuram pelos seus serviços.

Um dos desafios a serem enfrentados por esses profissionais salienta Iamamoto (2009) é que os assistentes sociais precisam redescobrir a cada dia, alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçando horizontes para que possam formular propostas que façam frente à questão social, e que sejam solidários como modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Para isso é preciso que a intervenção profissional, principalmente na área da de Assistência Social não venha a ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, demandas espontâneas sob o risco de limitar as atividades à “gestão da pobreza” sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante e “corretivo”.

Sobre a categoria relativa autonomia, Iamamoto (2009) afirma que a mesma está presente nos mais diversos espaços sócio ocupacionais, seja ele estatal, privado ou no âmbito das organizações não governamentais. É válido frisar ainda que esta categoria, no contexto do Serviço Social, está intimamente relacionada ao recorte de gênero, o que explicaria em parte, os traços de subalternidade que a profissão carrega, por outro lado, a recorrência a posturas e comportamentos messiânicos e voluntaristas teriam a ver com a forte marca da tradição católica, decorrente das origens da profissão.

Ainda de acordo com as contribuições da autora acima mencionada, o profissional ao trabalhar com “objetos materiais” como, no exemplo dado pela autora: com a “viabilização de óculos”, o assistente social está fornecendo algo que é material, e tem uma utilidade imediata. Sendo que esse trabalho não se resume somente a esse tipo de prática, e sim, e principalmente, na condução de informações, incidindo no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, tendo efeitos reais, interferido assim na vida dos sujeitos.

No caso dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), onde os profissionais ao atuar no processo de execução das políticas implementação das políticas públicas, debruçados na PNAS, a qual dá uma nova roupagem à assistência

social, pode “aproveitar-se” dos espaços e possibilidades existentes na instituição para esclarecer, informar, empoderando, assim, esse sujeito no que diz respeito, principalmente aos seus direitos, fazendo desse momento oportuno e único para atuar de acordo com a relativa autonomia a qual lhe é específica neste espaço sócio ocupacional.

Todavia, não se pode deixar de lado que mesmo dispondo de uma relativa autonomia na efetivação do seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, ou de entidades não governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para a sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional (IAMAMOTO, 2009).

Nesse sentido faz-se necessário que os profissionais de serviço social debruçem-se sobre a vasta literatura existente na profissão, para que possam a partir da mesma, na sua prática cotidiana, para atingir seus fins. Dito de outra forma, o assistente social precisa atuar a partir das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, a fim de que possa escolher os meios mais adequados (técnicas e instrumentos) para atingir seus fins, qual seja, a efetivação, a concretização dos direitos sociais.

Segundo Iamamoto (2009), o serviço social, embora tenha sido regulamentado como profissão liberal no Brasil, não se realiza como tal, um dos motivos é pelo fato do profissional não dispor todavia, de todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho. Caso dispusesse de todas as condições necessárias para acionar sua força de trabalho, transformando-a em trabalho e não a sua capacidade de trabalho, firma-se-ia, então, como um profissional liberal.

Segundo Montañó (2009), os profissionais de Serviço Social precisam de qualificação, e comprometimento para que não se conformem com as demandas imediatas e rotineiras, e sim possam ir além delas, a fim de desenvolverem outros tipos de práticas que incorporem as demandas (do empregador), mas que as transcenda (atingindo a compreensão das verdadeiras causas das necessidades/demandas da população e intervindo nesta perspectiva de totalidade).

Indo mais além, Montañó argumenta que um profissional crítico, teoricamente sólido e atualizado é um ator que questiona que propõe, que tem autonomia relativa

(política e intelectual), mas é, fundamentalmente, um profissional que não responde “imediatamente” às demandas finalistas e emergenciais da organização. Este profissional procurar analisar a realidade, fazer uma reflexão durante todo o percurso, desde a demanda até a resposta, para assim desenvolver uma resposta crítica e mediata, duas características das quais o organismo demandante, ou seja, o empregador possa não estar querendo.

No que tange à relativa autonomia no âmbito das políticas sobre as políticas sociais e sua implementação, essas se constituem num conjunto de procedimentos técnico-operativos, cujo componente instrumental requer profissionais que atuem em dois campos distintos, a saber: o de sua formulação e o de sua implementação. Sendo neste último campo, no âmbito da sua implementação, que as políticas sociais fundam um mercado de trabalho para os assistentes sociais (GUERRA, 2000).

Devido à complexificação da questão social e seu “tratamento” por parte do Estado, fragmentando-a e recortando-a em questões sociais a serem atendidas pelas políticas sociais, instituiu-se um espaço na divisão sócio técnica do trabalho para um profissional que atuasse na fase terminal da ação executiva das políticas sociais, instância em que a população vulnerabilizada recebe e requisita direta e imediatamente respostas fragmentadas através das políticas sociais setoriais.

Iamamoto (2009) observa que o assistente social pode nos mais diversos espaços de atuação, usar totalmente da sua relativa autonomia na sua prática profissional, primeiro pelo fato do profissional encontra-se muito próximo dessa realidade, e como nenhum outro, a conhece podendo decifrar as demandas mais latentes para assim intervir com projetos, atividades que sejam condizentes com a realidade posta.

É preciso ressaltar que os instrumentos utilizados pelos assistentes sociais na sua prática profissional são de grande significância, sendo alguns desses indispensáveis no dia a dia, para atuação do profissional, como por exemplo a linguagem que se encontra intimamente associada à sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-política. Sendo esse instrumental um grande aliado do profissional, pois por meio da linguagem o assistente social mantém um relacionamento com os usuários podendo usar desse momento, de aproximação da forma que lhe achar mais propícia para esclarecer, e informar esse cidadão (*Idem*).

Diante das imposições e limites, aos quais o Serviço Social estar sujeito na sociedade capitalista, marcada por contradições, pode-se apreender que a relativa autonomia dada ao profissional, em primeira mão, é muito restrita, fazendo-se necessário que esse profissional seja de fato comprometido com a população demandatária, para não cair nas amarras das empresas e/ou do seu grande empregador, que é o Estado. Isso tudo requer para além do compromisso, capacidade técnico-operativa, as quais não estão dissociadas das dimensões teórico-metodológicas, ético-política.

Em suma quanto à relativa autonomia parafraseando Yamamoto (2009), há que se considerar que o serviço social ainda que regulamentado como uma profissão liberal, não tem esta tradição na sociedade brasileira em sua alocação no mercado de trabalho, dispondo apenas de algumas características típicas de uma profissão liberal como: a existência de uma relativa autonomia, por parte do profissional. Sobre a relativa autonomia, Faleiros (1995) afirma que, a mesma, na atribuição de recursos e na prestação de serviços é limitada.

Independente da área de atuação, onde estejam alocados estes profissionais, frequentemente é notório certo tipo de relação subalternizada em relação ao assistente social, chegando alguns profissionais a interferir parcialmente na prática do profissional, assim, impossibilitando-os de efetivar e garantir os direitos dos usuários, conforme estabelecidos na lei. Ou seja, as relações de poder, os tipos de hierarquização e o “lugar” (e/ou status) imposto ao serviço social compromete as possibilidades de fruição da relativa autonomia. Apesar disso, é sabido que o conhecimento acerca da realidade numa perspectiva de totalidade é de grande valia, para que mesmo diante das imposições e limites, o assistente social possa vislumbrar maiores alternativas de respostas às demandas dos usuários. Quanto maior o nível de conhecimento sobre a realidade num sentido macro e micro, maiores as possibilidades de autonomia no exercício profissional.

4 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS

4.1 Procedimentos metodológicos e instrumental de coleta de dados

Esta parte do trabalho monográfico tem como finalidade esclarecer os tipos de pesquisa que foram trabalhadas no decorrer do seu desenvolvimento. Minayo (2002) define metodologia como sendo o caminho e os instrumentos próprios para abordar a realidade, incluindo concepções teóricas da abordagem, que permitem a compreensão da realidade, além de incluir a criatividade do pesquisador como instrumento a ser utilizado.

Na mesma linha, Bruyne (1991 p. 29) diz que a “metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados”.

As informações que serão trabalhadas visam, como já exposto, a esclarecer algumas situações que perpassam sobre a atuação do trabalho do assistente social na área da assistência social na cidade de Santo Antônio de Jesus. Para elucidar as questões, foi preciso trazer algumas discussões como, por exemplo, breve reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho, perpassando a atualidade, e como está ocorrendo o trabalho do assistente social na assistência, sendo necessário fazer algumas ponderações sobre a assistência social no Brasil.

Para trazermos tais discussões para o corpo deste trabalho foi necessário, tomarmos como indispensável, o uso da pesquisa bibliográfica, que nos propiciou uma sustentação teórica necessária para a análise dos dados coletados.

Segundo Gil (1996), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente de livros e artigos científicos. O autor salienta que, em quase todos os estudos, seja exigido algum tipo de pesquisa desta natureza. Existem pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. A mesma é indispensável nos estudos históricos e em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados, senão com base em dados secundários. (ANTONIO GIL, 1996).

Sobre a pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (1996) também versam acerca das contribuições, ao afirmarem que a pesquisa bibliográfica ou de fonte secundária trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. E sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto.

De posse das informações dos autores até aqui trabalhados, entende-se que o pesquisador em relação à pesquisa bibliográfica, há de ter muita atenção com as fontes secundárias, pois se estas apresentam dados coletados ou processados de forma equivocada, logo os dados coletados desta fonte serão equivocados, prejudicando assim o resultado de trabalhos posteriores. Gil (2007) chama a atenção que para reduzir esta possibilidade, convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências.

Utilizamos a pesquisa qualitativa para desenvolvimento de nossa pesquisa de campo, a qual Chizzotti (1991) diz ser uma designação que abriga correntes de pesquisas muito diferentes. Em síntese, essas correntes se fundamentam em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental e adotam métodos e técnicas de pesquisas diferentes dos estudos experimentais.

Entre as abordagens relatadas pelo autor, sobre a pesquisa qualitativa, Chizzotti (1991) relata alguns cuidados que devem ser levados em consideração pelo pesquisador. Por exemplo, chama a atenção à parte fundamental da pesquisa qualitativa. Ou seja, o pesquisador deve despojar-se de preconceitos, predisposições para assumir uma atitude abertas a todas as manifestações que observa, sem adiantar explicações nem conduzir-se pelas aparências imediatas, a fim de alcançar uma compreensão global dos fenômenos.

Em sequência, para colhermos as informações necessárias dos sujeitos participantes para nossa pesquisa foi necessário utilizarmos a pesquisa de campo, a qual os autores Marconi & Lakatos (1996) dizem ser uma fase que é realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, definir qual é o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados.

Essa face da pesquisa de campo como ressaltados os autores acima, é imprescindível, que o pesquisador obedeça a essa “regra” primeiro ter o conhecimento do assunto, ou seja, ter previamente concluído a parte da pesquisa bibliográfica para que no ato da entrevista o entrevistador esteja em consonância com as respostas dadas pelo entrevistado.

Consecutivamente, para coletarmos esses dados, foi necessário contarmos com a entrevista estruturada para a obtenção de informações com os sujeitos da pesquisa. Conforme Gil, (2008) é uma das técnicas de coletas de dados mais utilizadas no âmbito das ciências sociais, por ser a mais adequada para a obtenção de informações a partir do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. Segundo o autor, existem vantagens quanto à entrevista estruturada, por exemplo, por serem rápidas de serem aplicadas, e não exigirem dos pesquisadores certa exaustão, o que implica custos relativamente baixos.

Na pesquisa de campo, foi utilizado como coleta dados, portanto, a entrevista estruturada. Depois de concluídas e transcritas e para uma melhor compreensão dos dados obtidos, isto é, os dados foram posteriormente sistematizados e analisados com base na análise do discurso. Que para Minayo (2000), esta se encontra situada entre a linguística tradicional e a análise de conteúdo, diferenciando-se por constituir uma prática-teórica historicamente definida. Para Orlandi (2001), a análise de discurso busca desvendar os mecanismos de dominação que se escondem sob a linguagem, não se tratando nem de uma teoria descritiva, nem explicativa, mas com o intuito de constituir uma proposta crítica que problematiza as formas de reflexão anteriormente estabelecidas.

4.1.1 O município de Santo Antônio de Jesus: breves considerações históricas e indicadores sociais centrais

Santo Antônio de Jesus começou a ser povoada no final do século XVII e início do século XVIII. Nesse momento, a região passou a ser explorada economicamente na extração de madeiras de lei e o plantio de cana-de-açúcar, mandioca, fumo e café, destinados ao abastecimento interno e de Salvador. Encontra-se localizada na região do Recôncavo Sul no Estado da Bahia. Sua população, segundo a contagem do IBGE, realizada no Censo Nacional de 2010 era de 90.985 habitantes. Hoje, o município tem importância como centro comercial e de serviços em todo o recôncavo, sendo assim considerada a "Capital do Recôncavo." (MDS-BRASIL).

Segundo dados da SEI/IBGE, o PIB do município para 2008 foi de 714,76 milhões e a estrutura setorial está distribuída da seguinte forma: 5,62% para agropecuária, 21,30% para indústria e 73,08% para serviços e comércio. O comércio e o serviço tornaram-se a principal forma de economia a partir da década de 1970, quando houve uma migração da população rural para a cidade (*idem*).

Existem, hoje, em Santo Antônio de Jesus, 2.741 pessoas beneficiadas pelo BPC, Benefício de Prestação Continuada, sendo que dessas 930 são idosos e segundo pesquisas são os principais provedores de suas famílias. Os beneficiários do Programa Bolsa Família são 9.114 pessoas estas estão ligadas direta e indiretamente aos CRAS.

Conforme a PNAS (2004), municípios com esses tipos de característica, necessitam de uma rede mais ampla de serviços de assistência social, particularmente na rede de proteção social básica. Quanto à proteção especial, a realidade de tais municípios se assemelha à dos municípios de pequeno porte, no entanto, a probabilidade de ocorrerem demandas nessa área é maior, o que leva a se considerar a possibilidade de sediarem serviços próprios dessa natureza ou de referência regional, agregando municípios de pequeno porte no seu entorno.

4.1.2 Contextualizando os CRAS em Santo Antônio de Jesus

Em 2007, é implantado o primeiro CRAS em Santo Antônio de Jesus. Para a implantação de CRAS nos municípios, estes são obrigados a seguir algumas determinações estabelecidas pela NOB/SUAS (2005), que é fundada em pacto entre os entes federativos que assegura a unidade de concepção e de âmbito da política de assistência social em todo território nacional. Ela disciplina a gestão pública da política de assistência social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a Constituição da República de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e as legislações complementares a ela aplicáveis.

O CRAS configura como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos. É uma unidade pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social (PNAS, 2004).

Entre os objetivos do CRAS, tem-se como prioridade atuar com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. Além de ser responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias, a equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social.

É também de competência dos CRASs realizar, sob orientação do gestor municipal de Assistência Social, o mapeamento e a organização da rede socioassistencial de proteção básica, promovendo a inserção das famílias nos serviços de assistência social local, promover também o encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e sociais, possibilitando o desenvolvimento de ações intersetoriais que visem a sustentabilidade, de forma a romper com o ciclo de reprodução intergeracional do processo de exclusão social, e evitar que estas famílias e

indivíduos tenham seus direitos violados, recaindo em situações de vulnerabilidades e riscos (PNAS, 2004).

De acordo com o estudado sobre a NOB/SUAS (2005), o município de Santo Antônio de Jesus está configurado como um município de médio porte, pois sua população é de 90.985, ou seja, encontra-se entre 50.001 a 100.000 habitantes. Nesse sentido, o município é considerado de médio porte, tendo que ter no mínimo dois CRAS, mas atualmente em Santo Antônio de Jesus encontram-se quatro CRAS, sendo eles os seguintes: a) CRAS Centro, na Rua Vereador Ademário Francisco dos Santos, bairro Centro; b) CRAS Quilombola, no bairro do Mutum; c) CRAS Comunidade, no bairro Alto Santo Antônio e d) CRAS Nazareth Assis, no bairro do São Benedito, estes contam com a atuação de uma equipe composta por profissionais, que prestam atendimentos à comunidade, realizando trabalhos em grupos de apoio às famílias, além de oferecer qualificação profissional com a introdução de vários cursos.

O SUAS divide a gestão municipal em três níveis, a saber: Inicial, Básica e Plena. Santo Antônio de Jesus encontra-se na gestão plena. Existem alguns requisitos, responsabilidades e incentivos que estão descritos na NOB/SUAS que valem para todos os tipos de gestão municipal.

Na gestão Plena especificamente, o município tem total “liberdade” das ações da assistência, o gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar a proteção social básica em seu município deve prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além de proteger as situações de violação de direitos existentes (NOB/SUAS, 2005).

As equipes dos CRAS são compostas pelos seguintes funcionários: faxineiras, recepcionistas, motoristas, 1 psicóloga, 2 assistentes sociais, 2 educadoras sociais e a coordenadora. Em relação ao quadro de funcionários dos CRAS do referido município, encontra-se dentro do exigido pela PNAS(2004).

Durante as visitas realizadas nos CRASs no período das entrevistas com as assistentes sociais de Santo Antônio de Jesus, se comparado com a orientação estabelecida pela NOB-RS/SUAS, foram perceptíveis nestes, algumas lacunas relacionadas principalmente quanto à composição da equipe de referência, pois a precariedade do vínculo empregatício leva a uma grande rotatividade dos funcionários,

levando, assim, a descontinuidade das ações ali planejadas, ou seja, os CRAS de Santo Antônio de Jesus estão descumprindo as orientações estabelecidas pela NOB-RH/SUAS (2005).

Além das informações acima expostas, devem ser publicizadas, nesse momento, sobre a estrutura física dos CRAS, pois não condiz com as orientações estabelecidas na PNAS (2004). As lacunas são perceptíveis, primeiro, porque as casas onde funcionam os CRASs, anteriormente, eram casas de moradia de família e não estruturadas para funcionar um Centro de Referência de Assistência Social, onde é preciso haver salas amplas para o atendimento individual, áreas de recreação com as crianças e adolescentes, além das oficinas que são realizadas com os adultos. Detectou-se em um dos CRAS visitados que o atendimento do psicólogo se dá na mesma sala do assistente social, ou seja, são dois atendimentos na mesma sala no mesmo momento, o que compromete um atendimento sigiloso para o usuário. É válido ressaltar que no CRAS centro, todas as atividades como oficinas, palestras são realizadas em um bairro próximo dali por conta da insuficiência de espaço físico.

Outra questão merecedora de destaque, nesse momento de contextualização dos CRAS, é sobre a formação profissional dos (a) coordenadores (a). Dos quatro CRAS visitados, sendo desses três trabalhados, em nenhum deles, a coordenadora é técnica em nível superior conforme estabelecido na NOB/RH SUAS. Vale salientar ainda que todos (a) os funcionários (a) dos CRAS preferidos a partir de um processo seletivo, e estes têm apenas um contrato com a prefeitura, podendo ser ou não renovado, descumprindo as orientações abordadas pela PNAS (2004).

Diante o exposto, vimos que a contextualização do CRAS, conforme a NOB-RB/SUAS, como estar estabelecido pelo Sistema Único de Assistência Social, e as condições reais dos CRAS de Santo Antônio de Jesus. A partir do próximo item, trabalharemos com as entrevistas realizadas com as profissionais de Serviço Social em relação à percepção dessas sobre a instituição, realização dos seus fazeres profissionais, tendo em vista os limites e possibilidades diante da relativa autonomia profissional.

4.2 Análise dos dados: O trabalho profissional do assistente social a partir das entrevistas

4.2.1 Perfil sociodemográfico das assistentes sociais entrevistadas

Nesse momento de apresentação do nosso objeto de estudo, “as profissionais de serviço social da assistência social”, é mister esclarecer previamente como se deu as entrevistas os limites e desafios encontrados para a realização das mesmas. Primeiro, no período da realização das entrevistas, o país encontrava-se no período de eleições municipais, e consequentemente o locus escolhido para a realização da nossa pesquisa, pôr tratar-se diretamente de um órgão da prefeitura, tivemos ainda mais dificuldades de contactar as profissionais, que por várias vezes tentamos e não foram positivas às respostas em participar da pesquisa.

Os primeiros contatos deram-se por telefonemas, não surtindo efeito, fui várias vezes à Secretária de Assistência social e aos CRAS, para marcar um contato com as profissionais, que segundo, as recepcionistas não significaria que fosse atendida para realizar as entrevistas, pois as assistentes sociais encontravam-se muito ocupadas, fazendo relatórios e pareceres, para deixar a “casa em ordem”, conforme fui informada.

Em meio as várias tentativas, consegui minha primeira entrevista na Secretária de Assistência Social, através de uma pessoa influente no município, a partir daí com muitas tentativas, conversas, telefonemas a outra profissional da mesma Secretária e as demais dos CRAS cederam as entrevistas.

Em meio as entrevistas, pude perceber nas suas falas, o motivo de tantas dificuldades encontradas por mim para a realização das mesmas. Por encontrasse em período de eleição, e essas ocuparem um cargo vulnerável, sentiam-se receosas em falar. As AS3, e AS4 chegaram a comentar, *“nos encontramos em um período difícil né, para tá falando sobre nosso trabalho, não sabemos o que vêm pela frente, o que nos espera”*.

Em suma, foram muitas dificuldades para entrevistá-las, primeiro por conta da dificuldade de um contato, depois pelas entrevistas terem acontecido em seus locais de trabalho, isso implicou em frequentes interrupções (um telefonema “importante”, uma

decisão “urgente”, a secretária, recados etc), fazendo com que as entrevistadas perdessem o “fio da meada” se vendo obrigadas a retomar a narrativa de um outro ponto, quando não desistiam do assunto.

No momento da elaboração do nosso roteiro de entrevista de imediato, cogitou-se a ideia de traçar o perfil sociodemográfico das entrevistadas, para que pudessemos identificar a partir desse, ainda que superficialmente, o nível de formação profissional das assistentes sociais em relação a PNAS (2004), o SUAS, dentre outras questões, as quais são imprescindíveis nesse campo de atuação. Tomaria diante deste uma base sobre o comprometimento dessas profissionais com sua atuação profissional.

Todas as entrevistadas são mulheres, a faixa etária varia entre 29 a 50 anos, foi estabelecido entre esse mínimo e máximo por não ter sido especificado detalhadamente suas idades. Das cinco profissionais entrevistadas, apenas uma estudou na Universidade Federal da Paraíba, ou seja, formou-se em instituição pública, as demais formaram-se aqui no Estado da Bahia em faculdades privadas; Universidade Católica da Bahia (UCSAL), Faculdade Nobre de Feira de Santana (FAN), e Faculdade Vasco da Gama, em Salvador. Quatro das entrevistadas possuem pós-graduação¹⁷, apenas a AS1, informou não ter tido tempo para prosseguir com os estudos, mas agora sente a necessidade de especializasse.

É mister esclarecer nesse momento que identificaremos as profissionais entrevistadas, por uma numeração: AS1; AS2; AS3; AS4; e AS5, para preservarmos suas identidades. É válido salientar que as profissionais deram total consentimento de apresentação do conteúdo de toda entrevista.

O tempo de atuação como assistente social, em todos os casos, condiz com os anos de formação das entrevistadas, pois assim que se formaram foram direto para o mercado de trabalho. Quanto à carga horária, apenas a AS3 trabalha 20 horas semanais, as outras trabalham conforme sancionado por lei, 30 horas semanais, como previsto na Lei 12.317/2010, aprovada em 26 de agosto de 2010.

O vínculo empregatício das assistentes sociais AS2, AS3, AS4, AS5 é apenas de um contrato de trabalho, podendo este ser ou não renovado, em relação a contratação

¹⁷AS2:pós-graduação em saúde coletiva no serviço social; AS3: pós-graduação em família e relações sociais; AS4: pós-graduação em políticas públicas e proteção social; AS5:2 concluídas em saúde pública com ênfase em saúde da família; e gestão de política de assistência social; e 1em curso: meio ambiente.

dos (a) funcionários dos (a) CRAS de Santo Antônio de Jesus, encontra-se em descompasso com o que é exigido pela NOB/RH SUAS, a qual determina que os funcionários (a) dos (a) CRAS sejam concursados pelos respectivos municípios, evitando, assim, que o desenvolvimento das atividades realizadas sejam prejudicadas.

Nessa primeira etapa da entrevista tivemos oportunidade de conhecer as profissionais atuante na assistência social de Santo Antônio de Jesus. É de suma importância informar, nesse momento, de apresentação das participantes que, a proposta inicial do projeto era de alcançar cem por cento das profissionais da assistência social do município de Santo Antônio de Jesus, a saber: Secretária de Assistência Social, CREAS, CRAS, totalizando, de início, 11 profissionais. Não sendo possível por motivos distintos, tais como: demissão, licença maternidade e atestado doença, além desses, tivemos ainda as profissionais que se negaram a participar da entrevista. Totalizando assim em cinco entrevistadas.

4.2.2 O cotidiano das profissionais: no contexto sócio-institucional

Para melhor compreensão da realidade do campo socio ocupacional em questão, e sobre a atuação profissional nessa área, procuramos apreender a partir das respostas, como ocorrem as intervenções das profissionais no cotidiano. As reflexões das assistentes sociais em relação a seu campo de atuação comprovam, em parte seu embasamento teórico, em relação, principalmente à Assistência Social.

Ao solicitarmos das profissionais que descrevessem sua rotina diária e as demandas mais recorrentes no cotidiano do seu trabalho, as respostas dadas pelas entrevistadas, foram similares, havendo pequena diferença entre uma e outra. Essas diferenças foram percebidas apenas no atendimento das profissionais AS1; AS2 por tratar-se de uma atuação na Secretária de Assistência Social, essas enfatizaram a existência de demandas espontâneas, por exemplo: *Um caos na cidade, causado por desastre natural*. As demais atuantes dos CRAS relataram que suas rotinas diárias resumem-se:

AS3, atendimento psicossocial, visitas domiciliar fortalecimento do vínculo familiar, orientações e acolhimento.

AS4, atendimentos individual, aqui agente faz a escuta ver qual é a solicitação e ai faz os encaminhamentos devidos.

AS5, atendimento psicossocial, orientação, encaminhamentos para as redes de serviços.

Sobre as demandas do cotidiano, Netto diz que elas são amplas, difusas, diferenciadas e imediatas, sendo que, algumas vezes, os profissionais acabam por encaminhá-las de forma superficial. É por isto que os profissionais devem recorrer a outros meios, como a política, a ética, a ciência e mesmo o trabalho para construir sua verdadeira essência (NETTO, 1987).

Essa imediatidade de atendimento exige dos profissionais, dá respostas imediatas, e por mais complexa que sejam as demandas dos usuários, essa situação torna-se preocupante, pois os atendimentos ocorridos de imediato “resolvem” apenas o aparentemente imediato, deixando-se de conhecer as particularidades que desencadearam naquela demanda tão complexa.

Por isso a necessidade de uma formação acadêmica de qualidade, e do profissional estar permanentemente qualificando-se, participando dos encontros de serviço social, dos debates, estarem sempre pesquisando, interagindo com as lutas reivindicatórias, estarem sempre atualizados com as transformações na sociedade. Para que esse não venha transformasse em um profissional burocratizado, um profissional imediatista, e perceba que sempre ele se debaterá com este tipo de atendimento, pois são imprescindíveis estes nos CRAS, nas Secretárias de Assistência Social, mas não deve se resumir ou ser finalizado nesse primeiro momento, mas tenha posteriormente continuidade, para que se possam perceber questões latentes a esse tipo de demanda.

Perguntou-se as profissionais se existia uma equipe para desenvolver o trabalho, a maioria das entrevistadas foram concordes em suas respostas, relatando que:

AS 3, Existe sim, ai de um profissional aqui se não fosse o outro pra dá um suporte , aqui é assim um sempre ajudando o outro, temos uma equipe técnica muito boa por sinal [...]Toda documentação que existe aqui no CRAS, que é preciso assinar você pode ver que tem a

assinatura das três: da assistente social, da psicóloga e da coordenadora.

AS 4, agente conta sim, com a equipe [...] desde a recepção, à coordenação e as das orientadoras sociais, a gente conta como o apoio de todo mundo. Na verdade, é um trabalho integrado, porque não adianta a gente fazer a nossa parte, se o outro também não fizer de forma correta [...]. A recepção mesmo, às pessoas falam muito bem porque é assim, ali é a porta de entrada, se recebe bem, é sinal que o trabalho vai bem.

As **AS1**, **AS2** relataram que não existe uma equipe de trabalho. Ora a gênese da profissão estar ligada ao trabalho coletivo, desenvolvido pelas primeiras assistentes sociais para intervir nas expressões da questão social. Nos relatos das **AS1**, **AS2**, percebe-se que as mesmas não conseguem compreender a importância do trabalho coletivo principalmente dentro da assistência, muito menos, a importância das redes que podem ser estabelecidas ou acionadas, tentando garantir a efetivação os direitos dos cidadãos. Relato da profissional **AS5** sobre seu trabalho em equipe no CRAS:

AS5, eu trabalho muito em equipe, aqui com as meninas eu tenho todo suporte, desde com os orientadores sociais, as meninas da recepção, e aí você como profissional tem que entender que você como profissional se não trabalhar com fortalecimento de vínculo com sua equipe, como você vai trabalhar com fortalecimento de vínculo com a família e a comunidade, como é que eu vou passar isso pra um grupo, isso é algo que você tem que colocar em prática, porque senão, você não vai conseguir buscar seu objetivo.

Segundo Iamamoto (2009), o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalho coletivo que forma uma grande equipe de trabalho, sua inserção na esfera do trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras, sejam empresas ou instituições governamentais.

4.2.3 O serviço social: possibilidades e alternativas na Assistência social

Nosso segundo eixo de análise versará sobre as possibilidades e limites, enfrentados pelos profissionais de serviço social dentro da Assistência Social na

perspectiva de entender se estes entraves podem estar ligado ao vínculo empregatício, pelos quais são contratadas. As respostas dadas pelas profissionais sobre as possibilidades e limites enfrentadas foram bastantes distintas:

AS2: Temos alguns limites sim, fazer com que a “rede” compreenda o que é a assistência social [...] e que o cidadão que procura ajuda é igual assim a qualquer outra pessoa, e que seus direitos tem que ser respeitados pela sua essência de cidadão de pessoa, de ser humano e não da condição social que é estabelecida.

AS5: Até agora, eu não vi nada assim, por conta que estava em período de eleição, muito coisa você sabe que estava suspensa, assim, cesta básica, aluguel, como eu entrei nesse período, muitas coisas não estavam liberando, mas aqui é tranquilo.

AS4: Possibilidades? Olha o que é possível a gente corre atrás, quanto aos limites: a nossa maior dificuldade é fazer com que as pessoas tenham noção sobre o trabalho do CRAS, o que ele oferece, dá importância dessas informações pra ai buscar algo que é de direito deles, e que já tá garantido na instituição e nas políticas públicas.

Para Vasconcelos (2002), a questão decisiva que se coloca para os assistentes sociais, diante da complexidade da realidade, é conhecer sob quais condições o Serviço Social tem possibilidade de contribuir na construção de formas de acesso aos recursos e informações sociais e culturais, tendo em vista uma nova forma de produção e reprodução social. Para que isso se torne possível, os assistentes sociais terão de avançar para além das medidas paliativas e/ou imediatas, destinadas somente a “quebrar galho”, fazer remendos, solucionar momentaneamente o que não tem solução.

Nas falas das profissionais entrevistadas, foram destacados os limites encontrados nas instituições. Paratanto, em relação as chances de possibilidades de desenvolverem seus trabalho, apenas uma assistente social relatou que: as possibilidades são iguais em qualquer lugar (**AS3**).

Nota-se, a partir das respostas das entrevistadas, que há uma confusão em relação ao entendimento sobre possibilidades e limites enfrentados em seus espaços ocupacionais, haja vista que limites são encontrados nas mais diversas áreas de atuação, principalmente na área da assistência.

Uma das entrevistadas relatou que há uma “tranquilidade” no seu campo de atuação, sendo esta assistente social do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, onde são atendidas as mais distintas expressões da questão social, onde luta-se incessantemente pela equidade. Através da fala dessa entrevistada, fica subentendido que a mesma tem total liberdade para desenvolver suas atividades. Algo um tanto questionável, tendo em vista os entraves típicos desse espaço ocupacional, onde vários são os limites impostos para a efetivação dos direitos sociais. Além disso, a total tranquilidade não foi tão conferida assim diante das fragilidades do contrato de trabalho predominante no CRAS, isto é, contrato por tempo determinado.

Sobre esta questão Montañó (2009) teceu argutas observações, afirmando que o Serviço Social, ocupando um lugar na divisão sociotécnica do trabalho, desempenha funções de controle e apaziguamento da população em geral e das classes trabalhadoras em particular, contribuindo assim para a acumulação capitalista. O autor quis chamar a atenção que a atuação do assistente social não seria, pois, assim, tão tranquila, mas marcada por contradições e desafios.

Os limites da atuação do profissional são impostos pelas empresas, instituições públicas. Isso advém desde a inserção dos primeiros assistentes sociais nos mais diversos campos de atuação, onde, ao serem contratados, seus empregadores deliberavam como atuar, sendo que esta atuação beneficiaria exclusivamente ao crescimento do capital. É preciso que este profissional da atualidade não se submeta a este tipo de imposição, ou então, este não conseguirá atender as demandas, trazidas pelos usuários. Mesmo com os entraves e limites institucionais, através da relativa autonomia, o assistente social pode vislumbrar alternativas, capazes de assegurar uma mediação mais condizente com a efetivação dos direitos sociais. Talvez a tranquilidade da AS3 seja exatamente nesse sentido.

Iamamoto (2009) diz que a possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício como refrações no seu conteúdo e no modo de operá-lo, decorre da relativa autonomia que dispõe o assistente social, respaldada juridicamente na regulamentação da profissão, na formação universitária, especializada e no código de ética.

Finalizando este item, foi perguntado as assistentes sociais, qual era seu posicionamento em relação às várias formas de contratação existentes no mercado de trabalho, e se as mesmas, entendiam estas como obstáculos para o desenvolvimento do

fazer profissional. Além das formas de contratação, que podem vir a interferir no desempenho do trabalho dos profissionais de Serviço Social, Guerra (2007) salienta que o aumento do desemprego, do subemprego, da precarização do trabalho, as novas formas de contratação – por tempo determinado, por projeto, por hora, por tempo parcial, e outras – interferem na qualidade das demandas de segmentos da classe dominante, dos usuários, das instituições, da profissão – que por meio de muitas mediações chegam ao profissional de Serviço Social, exigindo novas competências e qualidade na intervenção profissional. Trilhando nessa linha, Antunes (2002) afirma que nos dias atuais, o trabalhador é instigado a se autocontrolar, auto recriminar e até mesmo se autopunir.

Quando se perguntou às entrevistadas sobre seu vínculo empregatício, algumas demonstram dificuldade em responder, pois não tinham certeza se até aquele momento naquele haviam sido efetivadas, sendo notórias as dificuldades para responder a essa pergunta, as quais pediram ajuda aos colegas sobre a situação de sua contratação. Vale salientar que apenas uma das entrevistadas é concursada pela prefeitura municipal.

AS1: Sim eu acho que sim, porque a depender desse vínculo, ele não vai ter muita liberdade de expressão, muita liberdade de trabalho, principalmente quando é uma empresa privada, porque ele não quer perder o emprego né e acaba, muitas vezes, até fazendo o que a empresa ou a instituição quer, beneficiando a quem não deve ser beneficiado.

AS2: Eu acho que a baixa remuneração interfere, e não a questão do vínculo precarizado [...] baixa remuneração interfere, aí sim desqualifica o serviço, desqualifica uma escuta, desqualifica um relatório.

Em algumas situações, o vínculo empregatício não só interfere no fazer profissional como também põe o empregado em situação de subalternidade em relação, por exemplo, aos seus coordenadores, supervisores e empregadores. Sobre esta questão Montañó (2009) contribui, ao discorrer sobre o caráter de subalternidade que estaria na gênese do serviço social. Ademais, a profissão do assistente social encontra-se ancorada em diversos aspectos que a colocam em posições de limitada liberdade e autonomia para romper com a lógica do seu passado. Corroborando com a fala do autor

supramencionado, essa lógica caracteriza o Serviço Social como uma profissão, embora na atualidade, vinculada à mera executora de políticas públicas.

Em hipótese alguma, estamos aqui para julgar o depoimento das assistentes sociais, ao contrário, buscamos a partir de suas falas conhecer e compreender a realidade posta nesse campo de atuação tão complexo com a assistência social no Brasil, influenciada pelas protoformas que assistência social assume ao longo de seu desenvolvimento. Com base nos relatos coletados, acreditamos que o vínculo empregatício tem influências na forma como o profissional irá desenvolver seu trabalho, visto que a má remuneração salarial está estreitamente ligada à forma de contratação, isso trará consequências para o trabalho desenvolvido. Em suma, a má remuneração desse profissional, que lida diariamente com as mais diversas expressões da questão social, pode interferir direta e indiretamente nas decisões e escolhas no seu fazer profissional.

Entre as respostas, algumas sinalizaram que entendem que o tipo de vínculo empregatício faz muita diferença no que tange ao exercício e ao fazer profissional, porque ao saber que estar assegurado futuramente, a pessoa acaba se tranquilizando na forma de conduzir e direcionar o seu trabalho. Todavia, uma entrevistada discorda disso e acha que a grande diferença para o exercício profissional estaria no compromisso ético:

AS3: Não, acredito que não, independe do vínculo empregatício, porque se o profissional não tiver compromisso ético com sua profissão não tiver respeito por aquelas pessoas que estão lá, a procura dos serviços oferecidos nos programas independe de como você foi contratado. Tanto faz você ter apenas um simples contrato tipo o meu, que quando você sai não tem nada a receber como se for empregado em um órgão federal. Isso vai muito do profissional. Eu acredito que tem algumas coisas, algumas decisões que a depender do vínculo, você precisa ser mais cuidadosa pra dizer, mas chegar a interferir no seu fazer profissional, ao ponto de você cruzar os braços por conta de como você tá ligado ao órgão não.

Nessa discussão, devemos trazer à luz da nossa análise, uma das mais polêmicas questões que norteia o Serviço Social, diante de tantas indagações sobre o trabalho do

profissional de Serviço Social, não poderíamos deixar de falar sobre a relativa autonomia do profissional nesse campo de atuação.

A autora Yamamoto (2008) relata que, sendo o serviço social regulamentado como uma profissão liberal e dispondo o assistente social de relativa autonomia na condução do exercício profissional, tornam-se necessários estatutos legais e éticos que regulamentem socialmente essa atividade. Entretanto, essa autonomia é tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores: O Estado (e suas distintas esferas de poder), o empresariado, as organizações de trabalhadores e de outros segmentos organizados da sociedade civil (p.215).

Tem-se também o Código de Ética dos Assistentes Sociais e a Lei que Regulamenta a profissão, os quais contribuem incontestavelmente para os direcionamentos da profissão. Sendo encontrados nesses, princípios fundamentais que norteiam as práticas destes profissionais, respaldando-os fundamentalmente para que consigam desempenhar seu papel na defesa dos direitos humanos.

Ao ser indagadas acerca da relativa autonomia da profissão, uma participante relatou que não consegue ter autonomia em sua atuação, principalmente pelo fato de algumas decisões burocráticas dependerem de outros setores, isso acaba inviabilizando o desenvolvimento do seu trabalho. Outras responderam que existem questões em que prevalece a autonomia do profissional, porém em outras nem tanto. No geral, a maioria das entrevistadas afirmou ter plena efetivação da sua relativa autonomia dentro de seu campo de atuação.

AS2: Sim, a minha autonomia, ela perpassa no sentido que eu estudo e compreendo uma realidade [...] eu tenho capacidade técnica de discutir com qualquer gestor, onde que quer esteja, agora se isso, se meu posicionamento vai incomodar, é particular do outro e não meu o que eu não posso é me contaminar e achar que por ter um gestor que é superior[...] eu não posso estar contribuindo para o favoritismo de uma situação que não concorde, eu vou expor minha questão técnica, meu entendimento daquela realidade, trazer para ele, quais são as consequências, e a autonomia de decisão vai ser dele.

AS3: Sim, considero ter sim autonomia no desempenho do meu trabalho, primeiro porque a coordenadora daqui ela me deixa muito a vontade pra tomar as decisões. Por exemplo, estamos com algo pra resolver aqui com um usuário, por exemplo, ela nos chama em uma reunião e diz: e aí o que é que vocês vão fazer, estou aqui só pra

escutar mesmo porque as profissionais aqui são vocês. Além de que o profissional tem que se impor profissionalmente, independente de onde esteja.

AS5: Sim, considero sim na minha profissão tenho autonomia, claro que eu tenho que seguir a hierarquia, se a coordenadora me pede pra fazer algo, eu faço né, mas tem coisas de minha autonomia que estar dentro do código de ética, que eu faço cumprir mesmo, eu solicitar algo que venha a ferir o nosso código de ética, ai, eu com jeitinho ai eu “epa” não posso fazer, assim, porque no código de ética diz dessa forma.

De acordo com as falas acima, pode-se observar que as assistentes sociais reconhecem a importância da relativa autonomia para o desenvolvimento do exercício profissional. Consideram-na de fundamental importância e algo inerente a qualquer espaço profissional. Sobre a relativa autonomia na atuação do profissional de serviço social, temos algumas contribuições de Santos, a qual tece uma discussão em torno desse tema, atrelando à relativa autonomia dos profissionais, a escolha de alternativas no processo de mediação do fazer profissional.

Respalado em Santos (2010), conclui-se que estabelecer um fim e buscar meios para sua efetivação, é passar do reino das possibilidades, para o da efetividade, envolvendo nessa passagem, a mediação da alternativa. A necessidade dos assistentes sociais de buscarem meios para realizar uma necessidade, faz com que estes busquem alternativas que possibilitem a realização das finalidades, ou seja, busquem objetos que possuam características apropriadas à efetivação da finalidade dada. De posse das alternativas, os profissionais avaliam e escolhem aquelas que poderão oferecer melhores resultados na intervenção e que lhes permitirão agir de uma forma mais “justa” no que tange aos preceitos estabelecidos pelo Serviço Social.

Sabe-se que o assistente social dispõe de uma relativa autonomia em seu campo de atuação. No caso da assistência social, a relativa autonomia ora pode acentuar-se, ora pode se restringir, a depender da conjuntura, correlação de forças, hierarquização, vínculo empregatício etc. Tendo conhecimento das dificuldades estabelecidas dentro desse campo, os profissionais, a partir de suas experiências adquiridas com o trabalho, identificam as alternativas possíveis, criando a partir dessas, oportunidades para desenvolver o seu trabalho, com base no que é possível, mesmo num contexto de eleições municipais, onde vários recursos e programas acabam sendo redirecionados ou

reduzidos. Decidido o que pretende alcançar e o que é possível, o profissional escolhe dentre as alternativas, os meios que sejam mais adequados à efetivação de sua finalidade.

Quando Santos (2010) diz que para transformar a teleologia em uma realidade posta, ou seja, sair do âmbito do pensamento para o âmbito da matéria, é necessário pôr o fim e buscar os meios que possibilitem, facilitem esse processo¹⁸. Atrelando essa discussão à prática profissional do assistente social. É preciso que o profissional, a partir da demanda, tenha conhecimento das particularidades, para que ele possa buscar meios que lhe possibilite a intervenção. Ademais, as possibilidades estão dadas na realidade nos vários campos de atuação, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las, transformando-as em projetos e frentes de trabalho.

Nota-se que há um consenso em relação às falas dessas profissionais, ao relatarem que existe sim a prevalência da relativa autonomia, respeitando, lógico, a hierarquização institucional e os limites, mas as possibilidades também são realidade. Dessa forma, acredito que ainda que tenhamos encontrado algumas respostas para nossas perguntas, acredito que por conta de como se encontram ligadas aos seus campos de trabalho, ou seja, pelo “vínculo empregatício temporário” acreditamos que influenciaram nos relatos, tornando-os mais positivos do que realmente se são.

4.3 Na prática a teoria é outra: a assimilação da teoria como fundamentação para a atuação profissional.

Na tentativa de melhor compreender as falas das entrevistadas, debruçaremos sobre os escritos de Santos, autora que trata de uma das questões mais polêmicas relacionadas ao serviço social, que toma conta dos espaços de discussões, principalmente no campo da assistência social.

¹⁸ Ver essa discussão na íntegra no livro: *Na prática A Teoria É Outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social*. Claudia Mônica dos Santos, 2010.

A última pergunta do nossa entrevista, gerou-se em torno da prática e teoria. Pedimos às profissionais que analisassem a frase: “Na prática a teoria é outra”. Houve uma certa analogia entre as respostas das entrevistadas, ao relatarem que no começo da atuação profissional, sentiam-se muitas dificuldades de trazer o conteúdo acadêmico para a prática, mas com a experiência do campo, perceberam que sem uma a outra não caminha. A partir das contribuições de Santos, tomamos como “preocupante” o posicionamento das profissionais, pois em meio as suas colocações, é perceptível a importância que essas depositam a prática, deixando a teoria no segundo plano, como se fosse possível fazer uma intervenção para transformar uma realidade sem conhecimentos adquiridos teoricamente.

Há de se ter um certo cuidado em relação ao posicionamento dos profissionais de Serviço Social, no sentido em que esses não venham a fazer distorcidamente, o que Marx *apud* Santos (2010) chamou de “caminho de ida”, ou seja, o primeiro momento, o qual aproximasse com a representação caótica, e no “caminho de volta”, é nesse caminho que o assistente social pode fazer, de forma, que não consiga identificar as particularidades, não contribuindo com a efetividade do direito dos cidadãos.

Sobre o embasamento teórico, Iamamoto (1992) acrescenta afirmando que é a reconstrução, pelo pensamento, do movimento do real, apreensão de suas contradições, tendências, relações e determinações, ela serve como referência para uma análise, não podendo ser confundida, contudo, com um modelo a ser seguido, nem podendo ser tomada como absoluta.

Entende-se a teoria como forma de organização do conhecimento científico, o homem como possuidor desta, a utiliza para a transformação. Por isto, é mister afirmar que as falas das entrevistadas são um tanto “equivocada”, pois estas se reportam a teoria como se fosse algo que pudessemos no momento da atuação “beber” do conhecimento necessário imediato para intervenção.

AS1: Na verdade, é assim elas (a teoria e prática) caminham juntas, porque depende muito do profissional. A gente não pode dizer que a teoria é uma, e a prática é outra, mas a gente tem que ter muito assim, a gente tem que ter muita experiência, e com a vivência a gente vai tendo mais ousadia no nosso trabalho [...] ir estar sempre se atualizando quanto às leis né pra tá embasado.

AS2: Eu tinha uma preocupação, porque eu dizia como eu vou entender tanta teoria e colocar na prática. Isso era um desespero terrível, porque eu não conseguia elencar o que é que eu estudei em 4 anos e como eu iria colocar isso na prática a princípio, mas com o tempo você vai percebendo que na realidade quando você vai reportar-se a alguns autores né que já estar há mais tempo que a gente nessa estrada, fica mais claro. Mas a princípio não, é tudo muito novo, é tudo muito desesperador, é algo que você até se limita a intervir, porque não conhece onde estar, que rede eu devo procurar, que possibilidades eu posso estar tendo aqui.

AS3: No início, eu achei isso muito complicado era um medo terrível, eu não entendia como iria colocar tudo aquilo que eu aprendi na faculdade na prática, quando eu lembrava as teorias de NETTO de IAMAMOTO era complicado, mas é assim, na prática você vai se respaldando em tudo aquilo visto durante a graduação, olha a prática e a teoria juntas aí, e quando estamos na sala ou até mesmo nos exemplos dos docentes e autores do serviço social, estamos vivendo a prática e a teoria. Ela não se separa muito não, pois precisamos nos respaldar na teoria dos grandes autores para nos alicerçarmos para praticar né?

AS4: Quando eu cheguei, os primeiros dias, eu achava que era totalmente diferente, existia uma confusão, mas hoje eu percebo que sem a teoria não haveria como aplicar a prática.

AS5: Aprendemos no percurso acadêmico muita coisa da teoria, teoria, quando chega pra colocar na prática, principalmente nesse mundo capitalista né, que é um mundo em constante transformação e você quanto profissional tem que acompanhar esse mundo em constante transformação, você tem que, com jeitinho, driblar o sistema que tá aí, e pra isso você, como profissional, tem que ter algumas cartas na manga. Eu costumo usar minhas cartas na manga pra buscar e aliar a teoria à prática no sentido de trazer realmente as leis que garantem também a nossa atribuição profissional.

Diante das respostas dadas pelas entrevistadas, percebe-se que apesar de algumas contradições em suas falas em relação à prática e à teoria, essas profissionais entendem, ainda que superficialmente, a importância de caminharem juntas, a teoria e a prática, que há uma complementação entre uma e outra, não podendo haver dissociações entre as mesmas. Caso contrário, não conseguiriam entender os usuários que chegam nesses campos de atuação a procura de seus direitos. Faz-se necessário que o profissional procure se embasar teoricamente das leis, reconhecem as entrevistadas, das conquistas tanto atrelado as direitos humanos, como as leis que se modificam na tentativa de trazer melhores condições de sobrevivência para os usuários.

Independente da profissão que se tenha, ou do campo de atuação que esteja exercendo o cargo, é indubitavelmente indispensável a qualificação profissional, para que este profissional venha por meio do seu conhecimento e a experiência adquirida desenvolver um trabalho qualificado, respaldado no que lhes é de competência. Esses cuidados devem ser seguidos, principalmente para o profissional que atua com a garantia e efetivação do direito do cidadão.

Em suma, as falas das entrevistadas revelam que o campo da assistência social no âmbito local é marcado por limites e possibilidades no que tange à efetivação dos direitos sociais. Reconhecem que a teoria é imprescindível para o fazer profissional, ainda que algumas considerem-na como não tão necessária assim. Enfim, mesmo diante das contradições, é possível observar uma certa mudança no que tange à concepção de relativa autonomia e relação teoria e prática, que devem, à luz de Santos (2010) ser compreendidas como unidade na diversidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ter feito considerações bastante significativas por toda a constituição do trabalho, por isso nesse momento de finalizá-lo não me estenderei por mais várias páginas, mas sim salientarei em especial sobre a minha experiência e meu olhar perante o que vivi durante o período das entrevistas.

O trabalho ora apresentado realizou um resgate desde as primeiras formas de organização do trabalho até a contemporaneidade. Levando em consideração as transformações ocorridas no mundo do trabalho, as quais afetam todas as profissões não sendo diferente com o serviço social. Alguns autores que se debruçam sobre o assunto afirmam que essas transformações acirram-se significativamente com a expansão da tecnologia, logo afetando o Brasil no início de 1980. Dentre as transformações ocorridas no mundo do trabalho, vê-se, por um lado, a qualificação de uma parcela dessa classe, por outro, no entanto, desqualificou e fragmentou alguns ramos, onde uma parcela de trabalhadores perdeu suas importâncias e posteriormente perdeu seus postos de trabalho.

A vasta literatura existente sobre a história do serviço social relata dentre outros acontecimentos que, com a inserção das indústrias aqui instaladas na década de 1930, ocorre um aumento desordenado de pessoas desempregadas, devido a essa desorganização expandia-se e diversificava as expressões da questão social na sociedade. Passando, então, intensificar a necessidade de um profissional especializado para intervir na situação instaurada.

A partir de 1988, com a Constituição Federal, a assistência social passa a ser direito do cidadão e dever do Estado, e só mais tarde com a Lei Orgânica de Assistência – LOAS é que se dá a regulamentação da política de Assistência Social no Brasil. Válido salientar que a partir dela, os profissionais de serviço social, debruçam-se “ganhando forças” e argumentos na garantia e defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e do autoritarismo.

Em 2004, o CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a atual Política Nacional de Assistência Social, sobre esta são tecidas algumas críticas. Por exemplo, da forma como estabelecida a relação com a família. Alguns autores acreditam que a Política Nacional de Assistência – PNAS acaba por culpabilizar o indivíduo ou sua família de suas condições.

Enfim, feita algumas considerações embora pontuais, sobre o exposto no meu trabalho, deterei-me nesse momento sobre a pesquisa de campo, a qual cheguei a algumas conclusões. Durante todo percurso da minha graduação, várias indagações surgiram em relação à atuação dos (a) profissionais de serviço social. No momento oportuno, decidi entrevista-las, para conhecer e consecutivamente entender essa realidade em relação à relativa autonomia, e as possibilidades e limites, deparados por estes profissionais no espaço ocupacional em análise.

São perceptíveis as lacunas na atuação das profissionais, desde o que se refere à garantia e efetivação de seus próprios direitos enquanto trabalhadoras assalariadas. Como profissionais desrespeitados, estes não conseguem garantir de fato, os direitos previstos na lei. Além da distorcida ideia que os gestores tem em relação à Política Nacional de Assistência Social – PNAS, confundindo-a como forma de angariar votos em períodos eleitorais.

Percebi também, com as entrevistas, que essas profissionais não conseguem garantir e efetivar o que está posto nas leis, principalmente na PNAS (2004), por vários motivos, a saber: infraestrutura física do local, indisponibilidades de materiais que lhes dê subsídios para a realização de suas atividades, números insuficientes de funcionários para dá suporte nas realizações das atividades. Estas ainda são “mandadas” por suas coordenadoras, as quais definem quais atividades e como desempenhá-las. Desse modo, percebe-se a postura subalterna dessas profissionais em relação aos seus empregadores.

Mesmo assim, há ainda aquelas que afirmam que é possível atuar com base na relativa autonomia, mas que muitos são entraves para a efetivação dos direitos sociais.

Em relação ao conhecimento aprofundado das entrevistas sobre a Política de Assistência Social – PNAS ficou muito claro a falta de conhecimento das profissionais em relação a essa política. Entendemos que essa insuficiência de conhecimentos possa vir a interferir negativamente na hora da escuta e do acolhimento dos usuários, momento primordial para decifrar e conhecer as particularidades das demandas trazidas por eles.

É mister nesse momento de conclusão ressaltar que, talvez se tivéssemos realizado essa pesquisa com um número maior de profissionais, ou seja, se tivéssemos alcançado todas as profissionais da assistência social do referido município, pudéssemos ter uma outra percepção sobre a realidade analisada. Vale ressaltar que o número de entrevistadas não possibilita a generalização das informações coletadas, embora haja certa semelhança com outras pesquisas realizadas em âmbito regional e nacional, tendo em vista os entraves que os profissionais vivenciam na execução da política de assistência social, perpassando pelo tipo de vínculo empregatício, problemas de infraestrutura etc.

Por último, saliento a importância em se dá continuidade a pesquisa, considerando-se um número maior de municípios, a fim de se traçar o perfil do trabalho do Serviço Social na área da assistência Social no Recôncavo, a fim de que se tenha uma maior apreensão de como a PNAS está sendo materializada na região. Pelo contrário, seria muito importante e enriquecedor não só para quem possa a vir da continuidade, como também para a comunidade em geral, por se tratar da atuação do profissional na assistência social, uma área que recentemente ganhou status de política, imperando ainda grandes entraves para que a mesma seja efetivada enquanto tal. Este também será muito importante para a continuidade e construção da história do serviço social no Recôncavo da Bahia.

6 REFERÊNCIAS

Aldaíza. Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Ano XXII, n.º 68, p. 54-82, novembro de 2001;

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 2. ed. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **OS SENTIDOS DO TRABALHO** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; SILVA A.M. Maria. O Averso do Trabalho. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular. 2010.

BRUYNE, Paul de. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BOSCHETTI, I. *Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo.* 2. ed. ver. aum. Brasília, DF, I. Boschetti, 2003.

BUENO, Silveira. Minidicionário da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: FTD, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. 9.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Brasília: 2009.

_____. *CFESS Manifesta.* O trabalho do assistente social no SUAS. Política pública se faz com condições de trabalho. Brasília, 2 de abril de 2009.

_____. *CFESS Manifesta.* Serviço Social na Saúde. Em defesa da reforma Sanitária e do Projeto Ético-político do Serviço Social na Saúde. Brasília, 8 de junho de 2009.

COSTA, Francilene Soares de Medeiros. INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: Dimensões Teórico-Metodológico, Ético-política, E Técnico-Operativo E Exercício Profissional. Natal, 2008. 147p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FALEIROS, V. P. **Por um Serviço Social Alternativo**. *Serviço Social & Sociedade*, Rio de Janeiro, n.5, ano II, p. 34-37, mar/1981. **Um projeto para o Serviço Social**. *Katálysis*, Florianópolis, v.9, n.2, p. 141-147, 2006.

GIL, A. Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LESSA, Sergio. TONET, Ivo. **Introdução À Filosofia de Marx**. 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Trabalho, Trabalho abstrato, trabalhadores e operários**. ed. São Paulo: Xamã, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas 1996.

MARTINELLI, Lúcia Maria. **SERVIÇO SOCIAL: Identidade e alienação**. 13. ed.- São Paulo: Cortez, 2009.

MINAYO M.C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco; 2007.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7. ed.- São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **DITADURA E SERVIÇO SOCIAL: uma análise do Serviço Social no Brasil pós – 64**. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FETICHE: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **RENOVAÇÃO E CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL: Ensaio Críticos**. 9. ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS; ABEPSS. **SERVIÇO SOCIAL: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Os Espaços Socio-cupacionais dos Assistente Sociais. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: Comentadas para Trabalho Científicos. 5. ed. – São Paulo: Curitiba: Juruá, 2012.

LESSA, Sergio. TONET, Ivo. **Introdução À Filosofia de Marx**. 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **trabalho e proletariado** no capitalismo contemporâneo. 2. Ed – São Paulo: Cortez, 2011.

RAICHELLIS, R. D. Assistência Social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XIX, n. 56, mar. 1998.

SANT`ANA, Raquel Santos de. (Org) Averso do trabalhoII: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. 1. ed.- São Paulo : Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. 1. ed.- Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. Amenina Loas: Um processo de construção da assistência social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, A. **Contribuição para a concepção do Sistema Único da Assistência Social – SUAS**. Disponível em <cresspe.org.br>. acesso em abr 2004.

TONET, Ivo. **Marxismo e educação**. <Endereço<<http://www.geocities.com/ivotonet/>>. acessado em: 15/10/2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS; ABEPSS. **SERVIÇO SOCIAL: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: DF. CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasil, 1998. disponível em Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado em 15/10/2011.

BRASIL. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/nob-suas.pdf/download. Acessado em 15/10/2011.

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOBRH/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2006. Disponível em: www.mds.gov.br/assistenciasocial/.../arquivos/...SUAS.../download Acessado em 15/10/2011.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs> Acessado em 15/10/2010.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

1- Identificação

1.1- Nome: _____

1.2-Idade: _____

1.3-Sexo: _____

2- Formação

2.1-Instituição em que se formou _____

2.2-Ano de formação _____

2.3-Formação continuada:

Especialização () _____

Mestrado () _____

Doutorado () _____

Curso de curta duração () _____

Outros () _____

3-Trabalho

3.1- Tempo de atuação como assistente social: _____

3.2- Tipo de contrato de trabalho: _____

3.3- Carga horária de trabalho na área do Serviço Social: _____

4- Cotidiano de trabalho

4.1- Descreva, por favor, sua rotina diária de trabalho.

4.2- Por favor, relate sobre as demandas mais recorrentes no cotidiano do seu trabalho:

4.3- Quais os instrumentais mais utilizados por você para atender as demandas trazidas pelos usuários?

4.4- Como é desenvolvido seu trabalho, existe uma equipe?

4.5- No processo cotidiano do seu trabalho, considerando a Lei que regulamenta a profissão e o código de ética, os quais primam pela garantia e efetivação dos direitos sociais do usuário. Falta alguma coisa nesse sentido? Caso sim, quais os principais obstáculos?

4.6- Quais as possibilidades e limites enfrentados por você para efetivar os direitos do usuário aqui no CRAS e, ou na Secretária de Assistência Social?

4.7- Você considera ter total autonomia em sua atuação profissional? Sim ou não, explique.

4.8- Você acha que o vínculo empregatício pode interferir no fazer profissional?

4.9- Dentro das possibilidades que lhe são oferecidas, avalie como consegue desempenhar seu trabalho:

5. Expresse sua opinião acerca da frase: Na prática a teoria é outra.

Muito obrigada!